



27 Novembro 2011 – Pavilhão de Feiras e Exposições de Serpa

RESOLUÇÃO POLÍTICA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trinta e cinco anos de política de direita praticada pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS-PP conduziram o Alentejo à estagnação e recessão económica e social, à destruição da base produtiva, a falências e insolvências de centenas de pequenos e médios agricultores, pescadores, industriais e comerciantes.

O desemprego e a exploração atingiram níveis só verificados no fascismo, a precariedade laboral assume proporções in comportáveis na região. As forças da exploração têm do trabalho e dos trabalhadores uma visão mercantil, desprezando o valor da força do trabalho, fragilizando as relações laborais, promovendo a redução dos salários – a região tem dos índices per capita mais baixos do Produto Interno Bruto (PIB) –, o que tem levado milhares de trabalhadores a sair da sua terra em busca de melhores condições de vida.

A defesa dos interesses do grande capital que tem orientado os governos na redução de prestação de serviços públicos, na educação, na saúde, nos transportes e comunicações, os sucessivos adiamentos na melhoria das vias rodoviárias, a degradação na prestação das funções sociais à população cometidas ao Estado na Constituição, têm conduzido ao encerramento de inúmeros serviços públicos.

Por força de tais políticas, o despovoamento no Alentejo, como o demonstram os vários censos, tornou este território (1/3 do País em

dimensão geográfica) numa região cada vez mais desertificada e envelhecida no plano humano.

Este é o resultado da opção do poder do grande capital que acentuou a litoralização no País e conduziu ao longo dos últimos 35 anos a região à desindustrialização e ao desaproveitamento do potencial agrícola, hídrico e agro-industrial.

O “modelo agrícola” tem-se caracterizado pela concentração da propriedade da terra e respectiva extensificação, devido à reconstituição do latifúndio, das orientações da Política Agrícola Comum e dos apoios comunitários direccionados para o absentismo. Por outro lado, intensificam-se as monoculturas, cujo exemplo mais saliente é a intensificação do olival, sem criar emprego e com acentuado desgaste dos solos e dos recursos hídricos.

1.2. Tal opção encontra-se agora consagrada no pacto de submissão e agressão assinado por PS, PSD e CDS-PP com o FMI/BCE/UE, no programa do governo do PSD/CDS-PP e na proposta de Orçamento do Estado para 2012, uma agravada linha de exploração e de continuidade do favorecimento do grande capital, de que são exemplos:

– redução dos salários e pensões; aumento da jornada de trabalho e eliminação de feriados, favorecendo claramente os interesses do patronato; novo ataque à legislação laboral com a generalização da precariedade, liberalização dos despedimentos, redução das indemnizações por despedimento, diminuição do tempo e valor do subsídio de desemprego, ataque à contratação colectiva; roubo em 2011 de 50% no 13.º mês com a criação de um imposto extraordinário sobre os rendimentos do trabalho; roubo em 2012 do subsídio de férias e de Natal aos funcionários da administração pública; redução do valor do trabalho suplementar; criação do banco de horas; redução das deduções fiscais em sede de IRS nas despesas com saúde, educação e habitação; aumento do IVA; anúncio dum Plano Estratégico de Transportes, que impõe o recolher obrigatório nos grandes centros urbanos e o abandono de zonas interior; aumento das tarifas de transportes, do gás, da electricidade e das taxas moderadoras na saúde; privatização e destruição de serviços públicos e funções sociais do Estado na saúde e educação; ataque ao sistema público e universal da Segurança Social com a introdução do princípio do plafonamento e do

“direito” de escolha dos cidadãos;

– redução do investimento público, privatização total de alavancas fundamentais ao desenvolvimento do País como a EDP, PT, CTT, REN, GALP, ANA, CP-Carga e transportes ferroviários urbanos e suburbanos da CP e da parte mais rentável da Caixa Geral de Depósitos, bem como privatização das Águas de Portugal (ADP);

– cortes ainda maiores nas transferências do Orçamento do Estado para as autarquias, diminuindo a sua capacidade de realização e obra ao serviço das populações; alterações à lei de finanças locais; estabelecimento de um caminho mais célere no sentido da transferência de competências sem meios do poder central para o Poder Local em diversas áreas, procurando criar uma espécie de tampão entre o descontentamento popular e o poder central; reorganização do mapa administrativo com a fusão e extinção de concelhos e freguesias afastando o Poder Local (cuja obra meritória está bem à vista na nossa região, com particular destaque para as autarquias CDU) das populações;

– desenvolvimento de uma linha assistencialista e caritativa na acção social, na educação e na saúde, dando corpo ao velho slogan “quem quer saúde que a pague”, elitizando em simultâneo o ensino superior e criando novas e acrescidas dificuldades de acesso aos filhos dos trabalhadores;

– o desprezo e a brutal redução dos apoios à cultura, quer pela administração central (em que se inclui o recente aumento do IVA), quer pela generalidade das autarquias PS e PSD na região, que conduzem à asfixia de projectos pioneiros de descentralização cultural e valorização do património edificado, impondo-se ao contrário a necessidade de políticas culturais que valorizem a criatividade, o património e a actividade cultural da região.

1.3. O governo do PSD/CDS-PP, com o apoio do PS, numa clara atitude antipatriótica e antidemocrática, debaixo da capa do pacto de agressão e submissão, está a pôr em marcha acelerada o processo de concentração e centralização capitalista no País, violando a Constituição da República. É com este propósito que impõe a reorganização da administração central e da administração local do Estado,

com o objectivo de reconfigurá-lo ao processo de desenvolvimento do capitalismo no País.

Tal política, determinada pelos interesses dos grandes grupos económicos na indústria, no comércio e nos serviços e pelos grupos financeiros e grandes proprietários da terra agrícola e solos urbanos, assumindo uma fase qualitativamente nova, terá efeitos altamente nefastos na nossa região.

É preciso que todos aqueles que são atingidos por esta política lesiva dos interesses nacionais e regionais no plano económico e social elevem a voz, lutem com empenho para impedir a sua concretização, que apenas serve para aumentar as escandalosas fortunas de uns poucos e criar mais pobreza, miséria e fome na maioria.

Neste combate, a classe operária, os trabalhadores em geral e o povo, as novas gerações, os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, os agentes da cultura e do associativismo popular, encontrarão a seu lado, tal como sempre encontraram, o Partido Comunista Português.

Lutar agora para garantir um presente digno e construir o futuro é não só uma necessidade como um imperativo. Portugal e a região não estão condenados, nem podem aceitar esta política de destruição. Portugal e o Alentejo têm potencialidades que só uma política patriótica e de esquerda, no caminho da democracia avançada e do socialismo, têm condições para evidenciar e realizar.

2. PCP – A FORÇA PORTADORA DE UM PROJECTO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO

2.1. O PCP e a JCP com os seus militantes continuarão a lutar por um Alentejo desenvolvido. É imperioso continuar a afirmar que o Alentejo não é uma região pobre, apesar dos sectores de actividade que foram destruídos ou desvalorizados e dos estratos populacionais empobrecidos por efeito das persistentes políticas de direita.

O Alentejo e as suas gentes não aceitam as opções políticas que os têm discriminado. O aproveitamento e a potenciação das capacidades e recursos da região, a favor dos trabalhadores, das populações

e do País, constituem, cada vez mais, um elemento fundamental para inverter a difícil situação em que o País se encontra.

Os comunistas alentejanos entendem que o caminho a trilhar passa pela adopção de políticas económicas e sociais que apostem na utilização produtiva dos recursos da região, hoje abandonados, como base que garanta o seu desenvolvimento, gerando a criação de emprego com direitos, numa melhor e mais justa distribuição da riqueza, privilegiando a melhoria dos salários, reformas e pensões, por políticas que fortaleçam a prestação do serviço público, pelo fortalecimento do Poder Local democrático e pela regionalização.

O PCP reafirma a indispensabilidade duma política de valorização do papel do trabalho e dos trabalhadores, como condição essencial para um novo rumo para o Alentejo e para o País. O Partido Comunista Português compromete-se a desenvolver a luta com os trabalhadores e o povo pela exigência ao poder central de uma política de apoio ao desenvolvimento da região com a dinamização da sua base económica e social, a criação de emprego, melhor redistribuição da riqueza, mais e melhores serviços públicos, criando, assim, condições para aqueles que aqui vivem e trabalham ou queiram regressar tenham melhor qualidade de vida, contribuindo para a fixação na região de jovens e o rejuvenescimento da população.

O PCP considera que a questão central para o desenvolvimento da região passa pela valorização do sector produtivo através de uma base económica diversificada, sustentável, potenciando os investimentos estruturantes (nomeadamente, Alqueva, Complexo de Sines e Aeroporto de Beja) e tendo como elementos centrais: o sector agrícola e agro-alimentar, com base na agricultura e na transformação dos seus produtos; os recursos marítimos existentes, com realce para as pescas; o aproveitamento dos sectores dos recursos mineiros e das rochas ornamentais; e pelo apoio a novos sectores emergentes como a indústria eléctrica e das energias renováveis e a aeronáutica, incorporando uma elevada componente tecnológica e de investigação.

Reafirmando conclusões de anteriores Assembleias Regionais e dos seus Encontros de Quadros, o PCP apresenta um conjunto de propostas para a região (umas de orientação geral, outras de carácter sectorial), consciente de que a sua concretização implica a adopção

de medidas de enquadramento e ordenamento, a consideração de instrumentos financeiros de apoio e a adopção de políticas que constituem uma clara ruptura com o que tem sido aplicado por sucessivos governos da política de direita (PS, PSD e CDS-PP), que são responsáveis pela calamitosa situação em que se encontra o Alentejo e que têm contribuído para acentuar o despovoamento, como o comprovam os resultados preliminares dos Censos 2011. Os comunistas alentejanos lutarão por um governo patriótico e de esquerda capaz de concretizar estas medidas.

2.2. Do ponto de vista institucional, o PCP reafirma que é necessário e inadiável avançar com o processo de criação da Região Administrativa do Alentejo e a tomada de medidas de apoio e reforço da intervenção do Poder Local democrático, o que passa pelas seguintes acções:

- 2.2.1. Prioridade à suspensão do PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, retomando o processo da sua elaboração, com uma verdadeira prática de auscultação e de envolvimento dos interessados e que reflecta e se fundamente nas características particulares do seu território.
- 2.2.2. Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Alentejo, como primeiro pilar de elaboração do PROTA e como pilar da realização de uma profunda reprogramação do programa de financiamento regional (INALENTEJO) e de aplicação regional do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e do Programa Operacional da Pesca (PROMAR), em linha com as necessidades da região e potenciando e apoiando a intervenção de todos os actores no processo de desenvolvimento regional.
- 2.2.3. Elaboração de um Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo, numa óptica de priorização do investimento público e de adopção de políticas públicas que utilizando os fundos comunitários, verbas do Orçamento do Estado e mobilização de outros recursos financeiros, sirva de imediato para minimizar os dramáticos problemas existentes, apostando em investimentos de natureza local, capazes de apoiar e gerar emprego e nos sectores definidos como prioritários para a constituição e desenvolvimento da base económica e que lance as bases futuras para o crescimento sustentável.

- 2.2.4. Elaboração de um Plano Estratégico para a zona de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.
- 2.2.5. A instituição da Região Administrativa do Alentejo, uma região sem “capital”, polinucleada, com os órgãos e serviços regionais, e outros, disseminados por diferentes locais, de molde a contribuir para a diminuição das assimetrias intra-regionais.
- 2.2.6. Adopção de medidas que garantam a sustentabilidade do sector público, com destaque para o Poder Local e para os sectores sociais, tendo em conta a especificidade da Região do Alentejo e o aprofundamento de políticas de igualdade e solidariedade nacional.
- 2.2.7. Valorização dos investimentos públicos realizados na região ao serviço de mais desenvolvimento económico e social regional, mais criação de emprego e reforço demográfico.
- 2.2.8. Realização de uma política urbana e de desenvolvimento rural, articulada, baseada no reforço da rede urbana regional, assegurando as condições para a disponibilização a todas as populações de um conjunto de equipamentos sociais e infra-estruturas, numa lógica de complementaridade e combate às assimetrias existentes.

2.3. Relativamente à base económica, o PCP sublinha as enormes potencialidades da região e entende que as medidas a adoptar não só contribuirão para o desenvolvimento do Alentejo e a superação de muitos dos seus problemas crónicos, como constituirão um impulso significativo para que o País possa alcançar novas metas em termos de crescimento e desenvolvimento. A 4.^a Assembleia Regional do Alentejo do PCP considera por isso que apoiar o desenvolvimento do Alentejo é também contribuir para o desenvolvimento do País.

Em linha com os elementos centrais identificados, mas considerando a necessidade de outras intervenções sectoriais, a 4.^a Assembleia Regional do Alentejo do PCP propõe as seguintes medidas:

- 2.3.1. No plano agrícola e agro-alimentar:

- 2.3.1.1. A criação de uma Reserva Estratégica de Terras, afecta à produção agrícola e agro-pecuária, que permita a fixação de nova gente e gente nova na região;
- 2.3.1.2. Defesa de novas prioridades da Política Agrícola Comum (PAC) que, salvaguardando a segurança alimentar, privilegie a produção em detrimento do Regime de Pagamento Único (RPU) e assegure os apoios ao rendimento dos agricultores indexados à produção contribuindo para fazer preço; uso degressivo de uma parte desses financiamentos, dos menores para os maiores rendimentos; alteração com carácter de urgência das regras do PRODER (simplificando e desburocratizando o processo) de modo a que esses recursos destinados ao investimento tenham em conta a realidade do País e da região do Alentejo;
- 2.3.1.3. A criação imediata e com carácter transitório de um imposto especial sobre a grande propriedade rústica, com incidência inversamente proporcional à utilização agrícola, de molde a contribuir para a instalação de nova gente na terra e no interior (cuja receita será usada na agricultura familiar);
- 2.3.1.4. Garantir o apoio técnico eficaz às explorações, assegurando um bom uso dos recursos públicos, nomeadamente com o restabelecimento da extensão rural;
- 2.3.1.5. A manutenção aceitável e não especulativa do preço dos factores de produção ligados, directa ou indirectamente, à actividade produtiva agro-alimentar, com destaque muito especial para a energia e combustíveis;
- 2.3.1.6. Criação de uma nova geração de seguros agro-pecuários e florestais, com cobertura total das explorações e de todos os seus riscos, incluindo os seguros de trabalho e de acidentes pessoais, ao serviço da actividade e não dos interesses das companhias de seguros;
- 2.3.1.7. Criar condições para o estabelecimento da obrigatoriedade de aquisição à produção agro-alimentar nacional, através de quotas progressivas, por parte de todos os operadores de distribuição

e comercialização com actividade no mercado português;

- 2.3.1.8. O incentivo à transformação de parte ou de toda da produção agro-pecuária logo na exploração é fundamental para garantir que o agricultor beneficie do valor acrescentado em seu favor;
- 2.3.1.9. Criar incentivos especiais à fixação de agro-indústrias transformadoras de média e grande dimensão junto das bacias produtivas da região, assegurando assim a criação de novos postos de trabalho e ficando na região respectiva o valor acrescentado dessa actividade, com destaque especial para as horto-indústrias;
- 2.3.1.10. Apoios e incentivos próprios em diferentes programas comunitários para os agricultores, suas organizações e autarquias locais, de modo a desenvolverem em parceria os mercados de proximidade e outros espaços de venda directa.
- 2.3.2. Ainda no plano da agricultura, o PCP lutará pela sua modernização e competitividade, em defesa da produção nacional como factor estratégico e de salvaguarda da nossa soberania alimentar; pelo apoio a quem produz e pelo fim dos pagamentos de milhões de euros para deixar terras abandonadas e para não as cultivar; pela redução dos preços dos factores de produção; pelo apoio ao escoamento da produção e controlo da comercialização agrícola; pelo pagamento de preços justos, pelo acesso ao crédito; pelo apoio à reconversão de sequeiro em regadio; pela diversificação dos sistemas culturais; pela formação dos agricultores e trabalhadores; pelo apoio ao associativismo e cooperativismo agrícola; pela mobilização de todos os saberes; pelo investimento na investigação, experimentação e extensão rural; por uma reestruturação agrária que assegure o cabal e racional aproveitamento económico e social da terra; pela criação de um banco de terras do Estado que assegure o acesso à terra – sobretudo à beneficiada por vultuosos investimentos do Estado, caso de Alqueva e de outras barragens – a trabalhadores e pequenos agricultores, sobretudo jovens, que dela carecem para trabalhar e viver com dignidade. Estas são algumas das linhas que se integram numa nova Reforma Agrária, que ponha fim ao latifúndio e entregue a terra a quem a trabalha, pela qual o PCP luta e cuja concretização interessa a todos os que amam e trabalham ou querem trabalhar a terra e que interessa a todos os portugueses. Reforma Agrária que assume que

a terra tem uma função social e é um instrumento de produção e não um mero instrumento de negócio inserido no processo de acumulação capitalista. Reforma Agrária que é uma exigência da nossa luta que continua actual nos nossos dias.

- 2.3.3. No plano dos recursos hídricos, o PCP defende o seu uso múltiplo, com destaque para as vertentes de apoio à agricultura e ao abastecimento de água às populações, combatendo as tentativas dos governos de direita de favorecimento dos interesses do grande capital que aposta em abocanhar os recursos existentes, através da privatização das empresas do sector e do acesso à água. O PCP defende a titularidade pública da água e do domínio hídrico (rios, lagoas, albufeiras e recursos subterrâneos).

- 2.3.4. No plano do mar e das pescas, o PCP lutará por uma política que aposte, de facto, no aproveitamento das potencialidades do nosso mar e actividades piscatórias, com a valorização e potenciação da actividade piscatória, a indústria de transformação, conservação e comercialização, assim como a indústria e fabrico e conservação de embarcações, realçando-se as seguintes medidas: modernização e renovação das frotas pesqueiras, com o abandono da política de abates; a realização de um programa específico de apoio à pequena pesca; melhoria das condições de segurança e de abrigo, das barras e dos portos; aplicação a todos os segmentos de pesca das normas já existentes sobre segurança, habitabilidade, saúde e bem-estar a bordo; garantia de acesso a combustíveis a custo reduzido. Reforço das capacidades do Porto de Sines, como elemento essencial da rede portuária do País e factor de apoio e dinamização da actividade económica da região.

- 2.3.5. No plano da indústria transformadora, o PCP lutará pela defesa e consolidação das indústrias instaladas (azeite, vinho e cortiça), pela criação de outras, designadamente na transformação dos minérios e nas rochas ornamentais, pela instalação de novas indústrias no quadro da necessária diversificação da base económica e revitalização dos parques industriais.

- 2.3.6. O PCP defende a aprovação de políticas, fiscais, de crédito, segurança social e garantia de emprego conducentes à viabilização e crescimento de micro, pequenas e médias empresas em

todos os sectores em que desenvolvam actividade na região.

- 2.3.7. No plano das indústrias emergentes, o PCP defende a concretização na região de investimentos na indústria aeronáutica, na formação de pilotos e na actividade de investigação, assim como a canalização para o Aeroporto de Beja de actividades que, aproveitando o investimento realizado, contribuam para a afirmação deste sector no Alentejo. No sector das energias renováveis o PCP defende o aprofundamento e aumento dos investimentos públicos, como forma de aumentar o peso das renováveis no mix energético e a redução das importações de energia, incentivando de igual forma iniciativas meritórias de origem privada neste sector. No âmbito mais geral da energia, o PCP defende uma política de preços que permita aumentar a produção, garantindo a competitividade com outros países.
- 2.3.8. No plano da floresta, o PCP defende que a sua sustentabilidade passa pelo equilíbrio entre a riqueza do montado e a floresta de produção, apostando na transformação dos seus produtos e subprodutos na região e nas potencialidades abertas pela sua valia ambiental e na definição de uma estratégia regional de protecção à floresta e combate ao seu abandono e aos fogos florestais.
- 2.3.9. Na área da conservação da natureza e do ambiente, o PCP considera indispensável uma política de intervenção que, preservando e valorizando os recursos existentes, não ponha em causa o desenvolvimento da região, afirmando ainda que estes aspectos são só por si importantes factores que poderão dar um contributo relevante para a melhoria da qualidade de vida no Alentejo.
- 2.3.10. No plano do turismo e do lazer, o PCP defende a concretização de uma política que aproveite e valorize as grandes potencialidades que o Alentejo dispõe (planície, serras, praias, albufeiras, termas, gastronomia, vinhos, caça, pesca, património histórico, cultural, imaterial, arquitectónico e ambiental), salvaguardando a cultura e o meio ambiente e revitalizando as economias locais.
- 2.3.11. No plano dos serviços locais de proximidade que assumem uma dimensão económica, o PCP defende a realização de investimentos conducentes a densificar a rede de serviços deste tipo, garantindo igualmente a diversificação da oferta, nomeadamente

quanto à natureza das organizações que os promovem (IPSS, cooperativas, autarquias, iniciativa privada), apoiados em sistemas desburocratizados e simplificados de comercialização.

2.4. A concretização das políticas sectoriais identificadas pressupõe a execução de qualificadas redes de infra-estruturas que são indispensáveis para garantir o desenvolvimento da região. Por isso o PCP propõe, nesta matéria, a adopção das seguintes medidas e orientações:

- 2.4.1. No plano da mobilidade e da melhoria das acessibilidades, o PCP defende a aposta na ferrovia, na modernização e densificação da rede ferroviária e uma rede de transportes rodoviários que prestem serviços com qualidade. Somos pela manutenção dos comboios directos Intercidades na Linha do Alentejo entre Beja e Lisboa e entre Évora e Lisboa e a electrificação da linha até Beja; pela manutenção da ligação Beja/Funcheira e do serviço regional no ramal de Cáceres; pela electrificação da Linha Leste e pela construção de uma nova ligação ferroviária à fronteira espanhola (Sines/Beja/Évora/Badajoz). Somos pela concretização do IP8 (Sines/Beja/Vila Verde de Ficalho) em perfil de auto-estrada e sem portagens; pela auto-estrada Castelo Branco-Portalegre-Elvas; pelo IP2 (Castelo Branco-Portalegre-Évora-Beja) e a ligação de Portel (IP2) a Moura-Ficalho (IP8); pelo IC 27 (Beja-Algarve); pelo IC33 (Litoral/Évora); pelo IC4 (Alcácer/Comporta/Lagos); pelo IC13 (Mora/Ponte de Sor/Portalegre); pelo IC 10 (Coruche/Montemor-o-Novo); por uma nova ligação em IC entre Beja e Odemira, como elementos estruturantes para o desenvolvimento da região. Somos pelo melhoramento de todas as vias existentes numa perspectiva de ligação adequada às diversas povoações.

- 2.4.2. O imediato aproveitamento de todas as potencialidades do Aeroporto de Beja para transporte de passageiros e carga, como infra-estrutura de vital importância para o desenvolvimento do Alentejo, através de um modelo de gestão pública, com a participação das instituições representativas da região, em articulação com a existência de um cluster associado às actividades aeronáuticas. A qualificação e articulação das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias com o Aeroporto de Beja e com o Porto de Sines como instrumentos para o desenvolvimento e enquanto factores de dinamização do tecido produtivo e o turismo, a fixação de pessoas e a criação de emprego.

- 2.4.3. No plano das águas e saneamento, a realização dos investimentos necessários, a melhoria da qualidade do serviço prestado, garantindo a gestão pública da água.

2.5. A 4.^a Assembleia Regional do Alentejo do PCP sublinha ainda que é fundamental assegurar uma política de âmbito social, que ao invés de ser uma política assistencialista, deve ser ela própria um contributo para o desenvolvimento da região. Assim, nesta área, o PCP propõe as seguintes medidas:

- 2.5.1. No plano social, o PCP lutará pela prestação de serviços públicos em qualidade e quantidade, pelo alargamento e melhoria da rede de apoio à infância e à terceira idade, a assumpção por parte do Estado das responsabilidades cometidas pela Constituição da República, contrariando as transferências de competências do poder central para as autarquias sem as devidas contrapartidas financeiras e o respeito pelos direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

- 2.5.2. No plano da educação e formação, a definição de uma estratégia que aposte na qualificação e fixação dos recursos humanos indispensáveis ao desenvolvimento do Alentejo, valorizando o papel de todas as estruturas existentes e mantendo a defesa da escola pública enquanto esteio fundamental do processo educativo. No plano do Ensino Superior, a defesa de uma rede pública existente na região, constituída pela Universidade de Évora e os Institutos Politécnicos de Beja e de Portalegre, incentivando a sua articulação no âmbito da oferta formativa e da investigação científica e a sua inserção na vida da região, potenciando o seu papel no desenvolvimento do Alentejo.

- 2.5.3. No plano da saúde, a criação de novas valências nos hospitais da região, a construção de novas unidades, a conclusão da instalação dos serviços de urgência e da rede de emergência médica, bem como a melhoria dos serviços de saúde em todos os concelhos, no quadro do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito.

- 2.5.4. No plano da cultura e do desporto, a sua valorização enquanto instrumentos de desenvolvimento pessoal e humano, bem como a função social dos criadores, trabalhadores destas áreas, das suas estruturas e do movimento associativo.

2.6. Estas são as propostas do PCP. Embora assumindo-se como a única força política portadora de um projecto integrado de desenvolvimento para a região, o PCP manifesta a sua disponibilidade para o debate e o confronto de ideias.

O PCP reafirma a sua firme convicção de que é possível o desenvolvimento do Alentejo e que é inadiável a aplicação das medidas que aqui propomos. Os comunistas alentejanos empenharão o máximo do seu esforço para, com outros democratas e em ligação com os trabalhadores, os diferentes sectores sociais e o povo da região, lutar pela sua concretização.

3. PROMOVER A UNIDADE DOS TRABALHADORES E DO POVO, POTENCIAR O MOVIMENTO UNITÁRIO, DAR FORÇA E CONFIANÇA À LUTA POR UMA VIDA MELHOR

Nos últimos anos, as diversas organizações de classe dos trabalhadores e outras estruturas sociais têm desenvolvido uma intensa luta só possível com a intensificação e o fortalecimento da ligação aos trabalhadores e às populações, contribuindo para a coesão, a afirmação e desenvolvimento dos diversos movimentos unitários, dando força e confiança à luta por uma vida melhor, por um Portugal com futuro.

O PCP e os comunistas assumem um papel central e insubstituível no combate à política de direita e têm sido na região a força política que mais combatem o avanço da ofensiva dos governos do PS e do PSD/CDS-PP.

A classe operária e todos trabalhadores e as suas organizações, com grande destaque para o movimento sindical unitário, demonstram, pela sua acção e luta organizada, que continuam a ser determinantes na defesa dos direitos laborais e sociais e dos interesses e aspirações do povo.

3.1. Movimento Sindical

3.1.1. A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), pela sua natureza, princípios e objectivos, pela sua intervenção, confirmou-se como a grande central

sindical dos trabalhadores portugueses.

O movimento sindical é a maior organização social de massas, que defende e mobiliza os trabalhadores na luta em torno dos seus interesses e direitos sociais, profissionais ou de classe.

A CGTP-IN, construção colectiva dos trabalhadores, actuando no quadro das suas características de classe, unidade, massas, democracia, solidariedade e independência, assumiu uma intervenção notável que alargou o seu prestígio.

3.1.2. Na região do Alentejo, o movimento sindical tem actualmente maior expressão nos sectores da administração pública local e central, mas com potencialidades de maior afirmação em vários sectores, nomeadamente no seio dos trabalhadores do complexo industrial e portuário de Sines, dos trabalhadores agrícolas, dos mineiros, dos trabalhadores do comércio e serviços, indústrias eléctricas, metalurgia e construção civil.

A realidade, hoje, do movimento sindical reflecte, sob forte ofensiva da direita, a pressão permanente para o seu enfraquecimento e descharacterização, a brutal ofensiva ideológica e legislativa no sentido de o enfraquecer, os processos de destruição do aparelho produtivo, das alterações introduzidas de desregulamentação das relações laborais, do aumento da precariedade.

Apesar de debilidades e de dificuldades, a luta organizada da classe operária e dos trabalhadores continua a ser determinante na defesa dos seus interesses e direitos sociais, no combate a uma política de desastre e a um caminho que agrava os problemas nacionais e põe em causa o regime democrático, na exigência da mudança por uma política patriótica e de esquerda.

A violenta ofensiva desenvolvida nos últimos anos contra os direitos dos trabalhadores e das populações, os ataques ao regime constitucional e à soberania nacional, tiveram na luta de massas uma extraordinária resposta que foi um factor determinante para a combater e enfrentar os objectivos dos sucessivos governos.

Com um papel destacado da CGTP-IN, nos últimos anos a luta desen-

volveu-se em torno do combate às alterações para pior do Código do Trabalho, à descaracterização da legislação laboral da administração pública e ao ataque aos direitos dos seus trabalhadores, em defesa da contratação colectiva, contra o desemprego e a precariedade, pela melhoria dos salários, pelo direito à greve, pela efectivação de outros direitos, ou em torno de problemas concretos de sector e empresa.

3.1.3. Os trabalhadores e as populações do Alentejo, com o apoio do movimento sindical unitário, desenvolveram importantes lutas em defesa dos serviços públicos e participaram de forma activa e empenhada em acções de protesto e luta como a Greve Geral de 30 de Maio de 2007 e as Greves Gerais de 24 de Novembro de 2010 e de 24 de Novembro de 2011, com uma grande mobilização, determinação e combatividade, jornadas memoráveis em defesa dos direitos dos trabalhadores e de um Portugal Democrático e Soberano, sublinhando-se a participação extraordinária verificada este ano, apesar das crescentes pressões e dificuldades existentes ; as comemorações dos dias 1.º de Maio realizadas nos distritos de Beja, Évora, Portalegre e no Litoral Alentejano; as grandiosas manifestações nacionais de 2 de Março de 2007 (mais de 150 mil participantes), 18 de Outubro de 2007 (200 mil), 5 de Junho de 2008 (mais de 200 mil), 13 de Março de 2009 e 29 de Maio de 2010 (300 mil trabalhadores), 1 de Outubro de 2011, manifestação da administração pública de 12 de Novembro; as manifestações nacionais da juventude trabalhadora a propósito do 28 de Março, Dia Nacional da Juventude, e as lutas desenvolvidas por jovens estudantes; as acções nacionais dos trabalhadores da administração pública central e local, promovidas pela Frente Comum dos Sindicatos (com manifestações, greves e outras formas de luta).

Registaram-se ainda neste período acções específicas de diversos sectores, nomeadamente dos professores, dos enfermeiros e de várias empresas do sector privado.

3.1.4. O Governo do PSD/CDS-PP, prossequindo e intensificando a política de direita, a pretexto da crise, vai procurar dar novos passos no agravamento da exploração e na eliminação de direitos dos trabalhadores, tendo já apresentado uma proposta na Assembleia da República com vista à facilitação e embaratecimento dos despedimentos.

Os próximos tempos vão ser marcados pela agudização da luta de classes, em que se acentuará o ataque ao movimento sindical unitário, ao mesmo tempo que se abre uma fase de grandes potencialidades, sendo aspectos centrais da luta a desenvolver: a acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho e a resposta aos problemas concretos e imediatos dos trabalhadores; o aumento dos salários; a defesa e valorização da contratação colectiva; o combate à desregulamentação do horário de trabalho, à precariedade e ao desemprego; a afirmação da liberdade de organização e acção sindicais.

Para ultrapassar insuficiências, é central e prioritário a intervenção nas empresas e nos locais de trabalho, articulando a acção reivindicativa com o reforço da organização sindical, sendo objectivos principais a sindicalização, o alargamento da rede de delegados sindicais, a criação e reforço de comissões sindicais e intersindicais e uma activa intervenção das direcções regionais dos sindicatos e das uniões sindicais.

3.2. Comissões de Trabalhadores

O movimento das Comissões de Trabalhadores (CT) não tem ainda expressão significativa na região do Alentejo, mas é de realçar a sua existência em várias empresas.

A ofensiva contra as CT iniciou-se há muito com as alterações introduzidas no Código de Trabalho, que visam alterar a natureza e o papel das CT, colocando-as numa linha de confronto com o movimento sindical para mais facilmente atingirem os direitos dos trabalhadores e ataquem a contratação colectiva. Os governos da política da direita procuram estabelecer linhas de divisão no movimento organizado dos trabalhadores, tentando liquidar as linhas de convergência e cooperação. O objectivo é “domesticar” as CT, com o patronato a intervir na constituição de comissões de empresa por si dominadas, à semelhança das que existiam antes do 25 de Abril.

Participando no movimento das CT, no respeito pela sua autonomia e carácter unitário, os trabalhadores comunistas devem intervir no sentido de assegurar a constituição de CT da confiança dos trabalhadores.

3.3. Movimentos de utentes

As lutas das populações contra o encerramento de serviços públicos

na saúde e na educação e pela melhoria ou abertura de novos serviços e unidades; contra o encerramento de postos dos CTT, postos das forças de segurança; contra o encerramento das escolas; pela defesa da água pública, por melhores condições nas áreas culturais e por muitos outros objectivos concretos juntaram camadas e sectores sociais diversificados, convergindo, no quadro de uma luta mais ampla no plano social, para o combate à política de direita.

A ampla expressão de massas que a luta das populações alcançou nestes anos, a sua capacidade de mobilização em função de objectivos e interesses específicos, constituem um dado novo no quadro mais geral da luta e acção de massas na região.

O aparecimento de diversos movimentos de massas a partir de reivindicações justas das populações e em torno dos seus problemas concretos trouxe à região condições objectivas de alargamento da luta de massas, factor que é fundamental continuar a aprofundar.

Salienta-se como muito importante o reforço destas organizações e movimentos de massas, da sua intervenção social e política, da sua acção. Sendo indispensáveis para o aprofundamento da luta contra a política de direita, alargam a frente social que a ela se opõe e exigem do Partido, dos seus militantes e organizações, uma cuidada atenção ao seu estímulo.

A 4.^a Assembleia Regional do Alentejo do PCP exorta os comunistas a intervir activamente neste amplo, vasto e genuíno movimento, em particular de utentes dos serviços públicos.

3.4. Movimento juvenil e a luta da juventude

Nos últimos anos a juventude tem sido uma das camadas mais afectadas pelas políticas criminosas levadas a cabo pelos sucessivos governos. Mas foram também anos marcados por significativas lutas da juventude alentejana, desde os estudantes do ensino secundário, profissional e superior aos jovens trabalhadores, para as quais muito contribuiu a intervenção dos militantes da JCP, nas suas escolas e locais de trabalho, organizando para reforçar a luta.

São muitos os jovens que diariamente abandonam o Alentejo porque cá não arranjam trabalho e o que há é geralmente mal pago e alta-

mente precário. Mas no que diz respeito aos jovens trabalhadores é de sublinhar a sua resistência e luta, como na Tyco, em Évora, onde, apesar de grandes pressões dentro da empresa, o número de jovens sindicalizados tem aumentado muito, fruto da intervenção dos camaradas da JCP que lá trabalham.

São de destacar as acções de luta dos estudantes do ensino secundário: com grandes manifestações em Évora de várias escolas em luta por todo o distrito; em Grândola, na luta por melhores condições materiais e pela exigência da construção de um pavilhão gimno-desportivo; em Beja, com importantes lutas nas escolas da cidade, na Escola Básica de Pias e nas Escolas Secundárias de Serpa e Moura. Num quadro de profundos ataques à escola de Abril e acentuado desinvestimento por parte de sucessivos governos, que o actual prossegue e acentua, a realidade no Alentejo é de escolas muitíssimo degradadas, com cada vez menos estudantes, com uma oferta muito pequena de cursos gerais e uma oferta muito grande de cursos profissionalizantes, com o fim último de criar mão-de-obra barata e de fácil exploração.

Luta que tem estado igualmente presente entre os estudantes do ensino superior no Alentejo, com destaque para a grande luta de 2008 em Beja em que centenas de estudantes mostraram um cartão vermelho às políticas de direita do então Governo PS. Mas também a luta na Universidade de Évora, no Pólo do Leões, instalações que estão praticamente a cair e não têm condições nenhuma para poder ser uma escola, em que os estudantes reivindicam e lutam por melhorias, na qual a JCP e o Partido já intervieram, expressando solidariedade e apresentando propostas para a resolução do problema. É ainda importante destacar as importantes mobilizações de centenas de estudantes do Instituto Politécnico de Beja e da Universidade de Évora nos dias nacionais de luta no ano lectivo passado, em Lisboa.

3.5. O combate dos reformados no Alentejo

3.5.1. Numa sociedade com um envelhecimento demográfico progressivo, como a portuguesa, a camada de pessoas idosas é cada vez mais numerosa. No Alentejo, este fenómeno acentuou-se nas últimas décadas com a desertificação e a ausência de políticas centrais promovendo o desenvolvimento e incentivando a fixação de jovens. Estes são obrigados a abandonarem as suas terras e a migrarem

para outras regiões à procura de emprego.

Na região, como em todo o País, além do envelhecimento resultante do aumento médio de esperança de vida, verifica-se que o número de reformados tem aumentado.

Se analisarmos a relação idoso/população, verifica-se que, sendo a média nacional de 17,6%, em concelhos dos distritos de Portalegre (Gavião, Nisa, Marvão, Alter do Chão, Arronches, Crato, Sousel, Avis, Castelo de Vide, Monforte e Fronteira), Évora (Alandroal, Mora, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Portel e Borba) e Beja (Mértola, Ourique, Odemira, Vidigueira e Almodôvar) essa percentagem é superior a 25%, o que atesta o peso específico da população idosa na região.

3.5.2. Em 2009, o distrito de Beja tinha 36.969 reformados, com uma pensão média de 312,28 €; no distrito de Évora havia 38.517 reformados com uma pensão média de 414,26 €; e no distrito de Portalegre viviam 30.879 reformados com uma pensão média de 321,91€. O número de reformados e os valores médios das pensões não traduzem desigualdade entre géneros, pois o número de mulheres é superior ao dos homens e o valor médio das pensões é 70% inferior ao valor da pensão média auferida pelos homens.

A camada dos reformados é heterogénea sob o ponto de vista social, económico e cultural, mas a maior parte dos reformados, com elevados índices de pobreza, continua a ser vítima da exploração, da espoliação dos seus direitos e do abandono social. O quotidiano da maioria das pessoas idosas é um somatório de enormes dificuldades – reformas miseráveis, aumento de bens e serviços essenciais, dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, isolamento e falta de mobilidade –, agravado com a crescente desresponsabilização do Estado das suas funções sociais.

3.5.3. No Alentejo, reformados e idosos cedo se consciencializaram da necessidade do associativismo para reivindicar a defesa dos seus direitos sociais e culturais. Aqui nasceram as primeiras organizações do Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos – MUR-PI.

As associações de reformados constituem hoje importantes pólos da vida associativa, que é necessário ter em conta no desenvolvimento da luta contra as políticas neoliberais que atacam os direitos sociais e semeiam a caridade como forma de perpetuar a pobreza e a exclusão social.

Neste domínio da vitalidade das estruturas unitárias nos diversos distritos do Alentejo, assistimos a uma boa implantação e organização no distrito de Évora, a dificuldades crescentes no distrito de Beja e a uma inoperância nos concelhos do distrito de Portalegre e do Litoral Alentejano. Enquanto em Évora e Beja existem federações distritais das associações com trabalho realizado, o mesmo não acontece em Portalegre e no Litoral Alentejano, onde não se conseguiu ainda concretizar a institucionalização das federações.

Torna-se necessário vencer preconceitos e encontrar quadros que prossigam nas direcções das associações uma linha de intervenção política que garanta a defesa dos direitos sociais dos reformados e das suas organizações. Hoje, o Partido tem orientações claras nesta matéria, definidas no 5.º Encontro Nacional para o Trabalho dos Reformados, realizado em Setembro de 2010, e nas decisões do Comité Central.

Organizar os reformados, dotá-los de orientação para melhor intervir no movimento associativo do MURPI ou da Inter-Reformados deve constituir um objectivo a ter em conta para um PCP mais forte.

3.6. Dar mais força à unidade dos democratas e patriotas

Resgatar o Alentejo e Portugal das mãos dos grandes interesses do capital e dos seus servidores deverá constituir um dos objectivos centrais da luta em defesa de uma região próspera e desenvolvida, pelo aproveitamento integral das suas capacidades, pelo emprego com direitos, pela valorização da cultura, contra o despovoamento e a destruição dos serviços públicos.

No País e na região vivemos confrontados com uma profunda crise económica e social de efeitos transversais mas afectando principalmente aqueles que menos têm e podem. No Alentejo, a precariedade alastra e empobrece-se a trabalhar. Existem milhares de trabalhadores desempregados sem protecção social.

No 37.º aniversário do 25 de Abril, saudámos os 35 anos da Constituição de 1976, embora sete vezes revista e com todos os governos a não cumprirem muitas das suas disposições. Aqui saudamos o texto que deve ser fundamental para todos, em particular os que têm obrigação de o cumprir e fazer cumprir, com a garantia de que nos oporemos às manobras em curso de mais mutilações. Não aceitamos em democracia apenas direitos civis e os direitos políticos não se reduzem a actos eleitorais. Os principais beneficiários da democracia devem ser os trabalhadores e o povo e o poder político não pode submeter-se ao poder económico, que acumula escandalosos lucros enquanto a maioria do povo vive na penúria.

O perigoso caminho em que nos colocaram os partidos da execução de políticas de direita e liberalizantes (PS, PSD e CDS), ao longo de mais de três décadas, tem conduzido a região ao atraso e ao definhamento. Este caminho tem de ser travado sob pena de, a pretexto de esfarrapadas teorias e inevitabilidades, fazerem regredir ainda mais o Alentejo, o País, as conquistas e os direitos sociais e políticos.

A unidade dos democratas e patriotas na defesa de uma região próspera e desenvolvida e de um Portugal mais desenvolvido e justo, a defesa e o respeito pela Constituição da República, dos direitos nela consagrados no plano político, económico, social e cultural, constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho aprofundado com todos aqueles que amam o Alentejo, as suas gentes, a democracia e a liberdade.

Um novo rumo rompendo com as políticas de direita, um novo rumo de trabalho, de produção nacional, de criação de riqueza e respeito pelos direitos e dignidade dos trabalhadores e do povo, por um Alentejo de desenvolvimento e progresso, constitui um repto e uma perspectiva no processo de uma ampla unidade democrática com vista à construção de um governo patriótico e de esquerda.

Nesta curva apertada da História, uma fase complexa e difícil para os povos, em que avança a maior das ofensivas política e ideológica da direita e do grande capital, não devemos subestimar ou ignorar os perigos e prejuízos reais para a esmagadora maioria dos trabalhadores e do povo. Juntar forças, vontades e energias de todos os democratas alentejanos é uma tarefa que o Partido e os seus militantes em

cada organização regional devem tomar nas suas mãos, ampliando a unidade e a frente social de luta.

3.7. Defender e valorizar o Poder Local democrático

3.7.1. O projecto autárquico do PCP assumiu no Alentejo uma expressão reconhecida pelas populações, seja pela obra realizada, seja pela proximidade e identificação com as aspirações populares. Estes traços são indissociáveis de um estilo de gestão dos eleitos comunistas nas autarquias locais e são reflexo dos objectivos, natureza e concepção democrática e participada de exercício do poder.

Os alentejanos conhecem bem a obra autárquica da CDU, trabalho colectivo de milhares de comunistas, membros do Partido Ecologista “Os Verdes” e muitos outros democratas, homens, mulheres e jovens, eleitos e não eleitos, que com trabalho, honestidade, competência e muita dedicação intervêm na luta pela melhoria das condições de vida do povo e pela transformação social no Alentejo e no País.

Como sublinhou o 14.º Encontro de Quadros do Alentejo, os eleitos comunistas, no quadro da CDU, com a sua acção, nas autarquias onde estão em maioria ou em minoria, dão um enorme e decisivo contributo para a melhoria da qualidade de vida das populações, podendo afirmar-se que se não fosse o Poder Local, nos concelhos e freguesias onde a CDU tem um papel determinante, a situação económica e social seria muito mais grave.

O trabalho e a obra realizados no Alentejo pelos eleitos comunistas, ecologistas e outros democratas no quadro da CDU devem ser preservados e valorizados mas, sobretudo, prosseguidos e aprofundados. Num quadro de maior complexidade política, caracterizado pela intensificação das tentativas de destruir o Poder Local de Abril, importa observar com maior rigor o aprofundamento dos traços mais distintivos da acção dos comunistas nas autarquias locais, dando particular atenção à ligação aos trabalhadores e às populações, à gestão participada, o que exige dos comunistas eleitos tanto em maioria como em minoria uma maior inserção no colectivo partidário.

Desde a 3.ª Assembleia Regional, as políticas de direita do PS, PSD e CDS-PP desferiram contra o Poder Local democrático violentos ata-

ques, tanto pela via legislativa como pela asfixia financeira, o que muito contribuiu para o enfraquecer. Esses partidos não aceitam o imperativo constitucional da autonomia do Poder Local e procuram, pelas mais diversas formas, o seu enfraquecimento, que continuam a perseguir, agora a pretexto de “reformas administrativas” ou da necessidade de “cortes na despesa do Estado”.

3.7.2. A 4.^a Assembleia Regional do Alentejo do PCP sublinha que os eleitos comunistas não devem aceitar novas competências sem os meios necessários para a sua concretização. Os eleitos comunistas devem bater-se contra a privatização da água e lutar pela defesa da água pública enquanto necessidade básica da vida. Os eleitos comunistas devem opor-se a qualquer alteração à actual divisão administrativa do território que vise extinguir municípios e freguesias e exigir a criação das regiões administrativas conforme estabelece a Constituição da República. No actual quadro político, os eleitos comunistas devem ter uma acção mais activa na luta contra as medidas que a ingerência externa quer impor ao Poder Local, medidas essas plasmadas no programa do Governo PSD/CDS-PP e que após terem sido anunciadas aos bochechos por membros do Governo, têm agora tradução teórica no denominado “Documento Verde” e tradução prática na proposta de Orçamento do Estado para 2012. Estas medidas têm como traço propagandístico a tentativa de descredibilização do Poder Local e são altamente atentatórias da sua autonomia política, administrativa e financeira. A concretizar-se, afectariam a democracia e desfigurariam por completo a actual fisionomia das autarquias locais, com largos prejuízos para as populações.

O PCP entende, que agora mais do nunca, e no Alentejo a questão coloca-se com grande premência, é necessário afirmar a valia e utilidade do Poder Local democrático, o seu carácter popular e a sua capacidade de resolver problemas das localidades e das populações.

A 4.^a Assembleia Regional do Alentejo do PCP considera que, sendo no Poder Local que as populações procuram o maior apoio para os gravíssimos problemas sociais que enfrentam, torna-se necessário que os órgãos de Poder Local não assumam, nem se substituam às competências que são do Poder Central e cumpram com rigor as competências próprias, envolvendo as populações e as diversas estruturas – traço distintivo da administração democrática e comunista

– que intervêm nesta área, na luta pela necessidade de uma política alternativa.

A 4.^a Assembleia Regional do Alentejo salienta a importância do alargamento da acção dos comunistas e seus aliados no Poder Local como espaço de afirmação e influência do PCP e de reforço da sua ligação às massas.

4. AVANTE, POR UM PCP MAIS FORTE!

4.1. A Direcção Regional do Alentejo – seu papel e funções

A realidade do Alentejo assenta em elementos comuns e estruturantes para o seu desenvolvimento – como a água, a agricultura, as acessibilidades, o turismo, o aproveitamento dos recursos naturais existentes no subsolo, entre outros – mas assenta também em realidades diversas, próprias de cada distrito, que exigem uma intervenção própria de cada organização regional, concelhia, de freguesia ou de local de trabalho.

A Direcção Regional do Alentejo (DRA) é uma estrutura de coordenação da actividade partidária, assumindo em simultâneo um papel de direcção na dinamização da acção e intervenção política para a acção geral do Partido na região.

A DRA, como verificámos no 14.º Encontro de Quadros do Alentejo, cumpriu no essencial os objectivos para a qual foi criada. Tal conclusão não obsta a que se verifiquem insuficiências, que importa superar com vista a uma maior afirmação das propostas do Partido para o desenvolvimento da região.

Com um executivo constituído pelos responsáveis das Organizações Regionais, com funcionamento semanal regular e com estruturas de apoio ao trabalho de direcção para questões comuns a toda a região e de acompanhamento e enquadramento dos membros do Partido que intervêm em estruturas de dimensão regional, a DRA deve manter no essencial a sua dimensão, sendo composta por quadros membros do Comité Central e outros quadros das DOR, de forma a assegurar a articulação e coordenação para as acções de âmbito Alentejo.

4.2. As Direcções das Organizações Regionais (DORs)

4.2.1. As DOR são estruturas fundamentais e decisivas para a direcção e intervenção política em cada Organização Regional.

De acordo com os Estatutos do Partido, este organiza-se normalmente de acordo com a divisão administrativa do País. Nesse sentido, as Direcções das Organizações Regionais são estruturas que não dependem da DRA.

A estrutura do Partido no Alentejo assenta em quatro Organizações Regionais (Litoral, Évora, Beja, Portalegre), nas organizações nos concelhos e freguesias e células de empresas e locais de trabalho em cada região, constituindo os elos fundamentais para a dinamização do trabalho partidário, o reforço da organização do Partido, a ligação às massas e o incremento da luta social e política em cada local.

Ainda que com diferenças, a organização do Partido em cada umas das quatro regiões tem desenvolvido uma intensa actividade e intervenção política, respondendo aos problemas e aspirações dos trabalhadores e das populações, dinamizando e enquadrando o desenvolvimento da luta em cada distrito, dando corpo e expressão pública e institucional aos grandes problemas e às propostas do Partido para a região Alentejo, intervindo de forma activa nas batalhas eleitorais.

4.2.2. Subsistem entretanto problemas e dificuldades de cariz diferente em cada uma das quatro Organizações Regionais: ausência de Comissões Concelhias em vários locais, fragilidade e irregularidade no seu funcionamento e na intervenção política e social, baixo número de Comissões de Freguesias, cuja prática e capacidade de iniciativa própria é muitas vezes reduzida ou inexistente, assim como nas células de empresa e local de trabalho. Acresce a baixa convocação de plenários de militantes.

Estas são debilidades gerais que afectam uma grande parte da estrutura partidária no conjunto das quatro Organizações Regionais.

Impõe-se por isso uma discussão aprofundada em cada organismo sobre: o seu papel enquanto organizações revolucionárias, portadoras de um projecto de transformação, bem como o papel dos seus membros; o funcionamento dos organismos e a necessidade de um

maior dinamismo e iniciativa própria no quadro da orientação geral do Partido; a realização de plenários e reuniões regulares de forma a envolver mais os membros do partido em cada local, com vista a uma intervenção activa e dinâmica no desenvolvimento da luta.

4.3. Os quadros – responsabilização e formação, uma questão decisiva

Os quadros são um elemento chave e decisivo para a estruturação do Partido, para a dinamização das organizações, a sua intervenção política, a sua ligação às massas, a organização e o desenvolvimento da luta.

Tendo havido progressos na responsabilização de mais quadros, ela revelou-se insuficiente face às necessidades e exigências da situação política e social. A necessidade de um maior número de quadros com condições políticas e ideológicas para o desenvolvimento do trabalho revolucionário emerge como uma questão central para a superação de muitas das insuficiências do nosso trabalho de direcção, organização e estruturação, acção e iniciativa política.

Responsabilizar mais quadros, apoiar, ajudar na concretização das tarefas que lhes são atribuídas, cuidar da sua formação política e ideológica, constitui uma exigência que, assumindo dimensões diferentes em cada uma das regiões, é transversal às quatro Organizações Regionais. Esta é uma questão vital para o futuro do Partido em cada uma das quatro Organizações Regionais.

A experiência histórica confirma que para um Partido revolucionário que se propõe lutar pela transformação revolucionária da sociedade, a existência de revolucionários profissionais, como os designou Lenine, é uma questão central. O papel do funcionário do Partido não é substituir a organização mas sim o de ajudar e estimular o desenvolvimento do trabalho orgânico e impulsionar a acção política e social, a formação de quadros e a direcção colectiva. Este é o papel do funcionário do Partido, que tem de ser visto como parte integrante no colectivo e não como o quadro de quem depende tudo ou a quem tudo cabe fazer.

Se é verdade que o funcionário do Partido tem os mesmos direitos e deveres de qualquer outro militante, também é verdade que a ele lhe

é exigido mais no plano das disponibilidades e dedicação à causa da classe operária e de todos os trabalhadores.

A situação política e social de fortíssimo ataque ao Partido desde há longos anos impôs uma redução significativa dos quadros políticos a tempo inteiro. Contudo, o Partido dispõe no conjunto das quatro Organizações Regionais núcleos de funcionários que assumem um papel fundamental no desenvolvimento das orientações. Trata-se de uma vantagem que, insiste-se, não substitui, antes exige, a necessidade de um maior número de quadros não funcionários.

4.4. A estruturação do Partido

4.4.1. Apesar de alguns avanços verificados, a questão do funcionamento e da constituição de células nas empresas e locais de trabalho continua a não ter a atenção necessária, sendo este elemento, ainda que com diferenças, um traço igualmente comum às quatro organizações regionais.

O Partido é em primeiro lugar o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, a sua força e vitalidade resulta da sua capacidade de se organizar e ligar com os trabalhadores. Os Estatutos do Partido referem, no capítulo V, artigo 39.º, que a organização partidária deve estruturar-se prioritariamente com base nos locais de trabalho. Tal facto tem a ver com a natureza de classe do Partido. É preciso ter sempre presente que é nas empresas e locais de trabalho que se trava o principal conflito de classes, é ali que os trabalhadores formam a consciência da sua condição de explorados. E ter presente que é na força, na acção e na luta organizada da classe operária e dos trabalhadores em geral que reside a capacidade de transformar a sociedade.

Isso não obsta, antes coloca a necessidade de aprofundar a estruturação partidária nos concelhos, criando mais organizações locais, vivas e actuaentes.

A concretização das orientações definidas no Encontro Nacional do Partido sobre as empresas e locais de trabalho e no XVII e XVIII Congressos do Partido e a resolução do CC de 21 e 22 de Novembro de 2009 – “Avante por um PCP mais Forte”, as resoluções políticas

das assembleias das Organizações Regionais e Concelhias e do 14.º Encontro de Quadros do Alentejo são fundamentais para romper com uma situação que, a manter-se, causará a prazo enormes prejuízos ao Partido na região.

4.4.2. É fundamental aprofundar a estruturação para um melhor enquadramento dos membros do Partido, tarefa que não é separável da responsabilização de mais quadros. É em movimento e com muita determinação no processo de estruturação, aproximando mais e mais o Partido da realidade e das massas em cada empresa e local de trabalho, em cada concelho, freguesia e localidade, intervindo sobre os problemas concretos e promovendo a luta, que se formam os quadros e a organização se afirma e desenvolve.

Importa por isso travar o combate político e ideológico contra ideias e atitudes de que “não é necessário estruturar o Partido”, “não vale a pena porque aparecemos sempre os mesmos”, “funcionar em plenário é melhor”, demonstrando com base na experiência geral do Partido que a estruturação permite um melhor trabalho colectivo, uma maior participação dos membros do Partido, um conhecimento mais concreto da realidade objectiva, uma intervenção mais de acordo com a situação.

As organizações e os organismos do Partido têm de ter iniciativa permanente, não se limitando à resposta aos problemas que vão surgindo ou só à acção eleitoral autárquica.

Criar mais comissões concelhias e de freguesia, mais células de empresas ou de sectores de empresa, mais colectivos de aldeia ou localidade deve constituir uma preocupação e um objectivo para concretizar.

Não é aceitável que existam militantes que trabalham em câmaras, juntas de freguesia, IPSS e empresas privadas e que ali não haja célula ou que ela não funcione como tal.

Nesse sentido, impõe-se uma análise à situação objectiva, a definição de prioridades e uma atenção especial ao enquadramento dos militantes trabalhadores por conta de outrem em organizações de empresa e local de trabalho, aos quadros que intervêm no movimento unitário, com particular destaque para o movimento sindical e movimento associativo.

Tendo em conta o expressivo peso dos camaradas reformados em cada uma das organizações, a criação de células de reformados nos concelhos e freguesias, capazes de intervir junto desta camada etária e participar na actividade geral do Partido, deve constituir igualmente uma linha de trabalho.

Por outro lado, importa fazer uma reflexão e tomar medidas concretas em cada DOR, com vista à criação de estruturas de propaganda.

4.5. O recrutamento de novos membros do Partido

O número de membros do Partido das quatro Organizações Regionais diminuiu, mas a influência, o prestígio e as possibilidades de crescimento do Partido existem.

Registando-se índices de recrutamento de organização para organização que mostram preocupação diferenciada, revelam contudo a disponibilidade e vontade de adesão ao Partido por parte de muitos trabalhadores e democratas.

É preciso que cada organização do Partido assuma com determinação e como elemento decisivo para o futuro do Partido o recrutamento permanente e dirigido em particular para os jovens, operários e mulheres como elemento central para a renovação e rejuvenescimento do Partido, dando atenção ao seu enquadramento orgânico, com particular destaque na empresa ou local de trabalho, constituindo organismos caso não existam e atribuindo uma tarefa concreta, aproveitando todas as disponibilidades e vontades.

É necessário combater a tendência de enquadramento de trabalhadores no activo nas organizações de freguesia, estabelecendo como prioridade o seu enquadramento nas empresas e locais de trabalho, o que não impede que esse membro do Partido participe activamente na sua freguesia ou localidade.

4.6. Acção política, ligação às massas e alargamento da influência do Partido

4.6.1. Os Estatutos do Partido dizem no seu capítulo VI que “a célula é a organização de base do Partido, é o seu alicerce e o elo

fundamental da ligação do Partido com a classe operária, com os trabalhadores, com as massas populares, é o suporte partidário para promover, orientar e desenvolver a luta e a acção de massas”. Contudo, verifica-se que este elemento fundamental, estando presente em teoria em muitos quadros e organizações, não se reflecte na prática concreta.

Recolhendo a rica experiência histórica ao longo de 90 anos, a vida confirma quanto vital é para um Partido revolucionário assegurar e garantir a ligação às massas, às suas aspirações e anseios, dando-lhes expressão de luta, contribuindo assim para a elevação da consciência social, política e eleitoral.

O XVII Congresso do Partido sintetizou o conjunto de bloqueios no trabalho de ligação às massas, como a existência de organizações desligadas da vida e do meio social político onde desenvolvem a sua actividade e outras com um trabalho acentuadamente institucional. O XVIII Congresso definiu um conjunto de orientações e objectivos gerais em várias frentes de intervenção. Desde lá houve progressos, mas continuam a verificar-se profundas insuficiências, não só na potenciação das nossas forças, como na ausência de uma concepção integrada e de um persistente controlo de execução do desenvolvimento das decisões e orientações definidas.

4.6.2. Apesar de importantes discussões realizadas em cada DOR, sobre a ligação do Partido às massas, das acções concretas, do importante papel na organização e desenvolvimento de lutas, a verdade é que se tem progredido pouco no estabelecimento de planos e linhas de trabalho, no destacar de quadros para as diversas frentes do trabalho unitário.

Esta é uma questão em relação à qual teremos de dar uma atenção maior, considerando-a uma questão decisiva para o aumento da consciência social e política das massas e da influência social, política e eleitoral do Partido na região.

Retomar esta discussão em cada organização, com um sentido prático, observando as insuficiências concretas e actuando para as superar, é uma questão urgente e necessária, para os combates que temos pela frente, concretizando as decisões já tomadas.

Fortalecer o movimento unitário, nos sindicatos, no movimento associativo popular, nas instituições de solidariedade social (que hoje ocupam um importante papel na vida das populações), nas associações de desenvolvimento local, nos movimentos de utentes dos serviços públicos, dar-lhes vida incentivando a participação democrática dos trabalhadores e das populações, são uma questão de grande importância para o presente e futuro da luta que travamos.

Devemos também fortalecer e avivar uma maior intervenção dos eleitos comunistas junto das populações, afirmando o projecto do PCP para o poder local, a obra e o trabalho dos eleitos do PCP enquanto elementos integrantes do combate político pela democracia avançada e o projecto de socialismo que defendemos.

4.7. A Imprensa partidária

Teoricamente, todos percebemos o importante papel que o “Avante!” e o “Militante” representam na formação política e ideológica de militantes e quadros do Partido, na divulgação, conhecimento e popularização das nossas posições e propostas e da informação sobre a situação no País e no mundo, contribuindo para alargar a consciência social e política e a afirmação do projecto da ideologia comunista. Contudo, a prática está longe de corresponder a esta necessidade, sendo que ou estagnou a evolução da sua venda ou se tem reduzido o número de exemplares vendidos nas quatro organizações regionais. Tal facto deve-se a razões de natureza diferenciada, mas os níveis de venda quando comparados com o número de membros do Partido em cada uma das organizações regionais é globalmente baixo.

Não é aceitável que haja quadros do Partido em comissões concelhias e de freguesia, secretariados de célula, dirigentes e activistas sindicais, eleitos em autarquias e no movimento associativo que não adquiram o “Avante!”, quando ele constitui uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho político, social e de massas e um instrumento de organização.

Aumentar o número de exemplares vendidos, sensibilizando e ganhando os quadros para a importância desta tarefa, criando uma rede de distribuidores, promovendo regularmente a venda de rua é uma tarefa de enorme importância. A experiência do Partido revela

que, sempre que se discute e aprofunda esta questão, encontram-se os quadros para a tarefa e aumenta-se significativamente o número de exemplares vendidos, como acontece nas edições especiais do “Avante!”.

Reservar tempo em cada organismo para a discussão desta questão e a tomada de medidas, responsabilizando cada um dos seus membros por metas e objectivos, é uma linha, além de outras, que deve ser concretizada e acompanhada.

Importante é também a regularização das dívidas à Editorial Avante! e a prestação regular de contas. Impõe-se que em cada organização se defina um plano de pagamento das dívidas e o pagamento regular, de acordo com as regras estabelecidas.

4.8. Os fundos

Tal como os trabalhadores e o povo, o Partido vive hoje uma situação financeira difícil. Contudo, existem enormes possibilidades e potencialidades de recolha de quotização e contribuições para o Partido.

Havendo realidades muito diferenciadas nas quatro organizações regionais, a verdade é que o índice de recolha de quotização revela enormes possibilidades. A quota do membro do Partido é, além de um dever estatutário, um elemento de grande importância ideológica, sendo muitas vezes, a par da venda do “Avante!”, a única forma de ligação ao Partido a muitos dos seus membros.

Apostar fortemente na recolha da quotização, vendo quais os membros do Partido que não têm quem recolha com regularidade a sua quota e criando uma rede de “cobradores”, é uma tarefa de grande exigência, mas que importa ser considerada em cada organização, não como um acto burocrático ou administrativo mas sim como uma forma de fazer a ligação a muitos membros do Partido, recolhendo o dinheiro da quotização, conversando com ele sobre os problemas do local, da região e do País e mobilizando para a intervenção social e política.

O Partido dispõe de um significativo número de eleitos em órgãos autárquicos. O cumprimento por muitos deles do princípio estatutário de “não ser beneficiado nem prejudicado pelo exercício de cargos

públicos” tem gerado uma importante fonte de receita para a vida e intervenção política do Partido em cada uma das quatro organizações regionais, sendo que as possibilidades de cada uma são diferenciadas, pelo número concreto de eleitos.

Esta é uma questão que, para além de ser uma fonte de receita importante, inclui elementos de grande importância política e ideológica, o que impõe uma atitude firme e determinada por parte dos organismos no sentido da discussão e cumprimento dos compromissos assumidos por cada um dos eleitos.

Verificando-se que os momentos eleitorais e de comemoração do aniversário do Partido são momentos de grande e diversificada promoção de convívios, é necessário potenciar mais este tipo de iniciativas, não só como fonte de recolha de fundos mas também como forma de aprofundar os laços de solidariedade para a acção política.

Equilibrar as contas em cada Organização Regional constitui um objectivo fundamental, exigindo a criação de estruturas (comissões de fundos e controlo financeiro), medidas de controlo de execução das decisões, avaliação e controlo orçamental permanente em todas as organizações e a prestação regular de contas.

4.9. Os Centros de Trabalho

O Partido dispõe de vários Centros de Trabalho em cada uma das quatro Organizações Regionais. Contudo, para além de alguns não terem condições para actividade partidárias, muitos deles não são rentabilizados no plano da acção política, da promoção de iniciativas políticas e culturais. Impõe-se por isso, nesta matéria, a concretização das decisões tomadas pelo 14.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo. Impõe-se de igual forma garantir a conservação do património do Partido, recorrendo ao trabalho dos militantes.

5. RESISTIR, LUTAR, AVANÇAR!

Estes são os principais problemas e desafios com que estamos confrontados no Alentejo e estas são as propostas do PCP para o desenvolvimento da região, debatidas e aprovadas pelos militantes e apresentadas à sociedade.

Os comunistas alentejanos estão conscientes das dificuldades e dos perigos que enfrentam hoje os trabalhadores e suas organizações.

Num contexto de agravamento acelerado da crise do capitalismo mundial, vivemos tempos, no País e na região, em que as forças democráticas e progressistas, os trabalhadores e o povo são alvos do maior ataque desferido no Portugal de Abril por parte do grande capital, através dos seus partidos e serventuários, visando o aumento da exploração e a restrição e destruição de direitos políticos, económicos, sociais, culturais e laborais duramente conquistados. É o próprio regime constitucional que está ameaçado de subversão e liquidação, num ajuste de contas com a Revolução de Abril e as suas conquistas democráticas.

A concretização do pacto de agressão e submissão acordado entre FMI, União Europeia e Banco Central Europeu, por um lado, e PS, PSD e CDS-PP, com o apoio do Presidente da República, da banca e do patronato, por outro lado, está a degradar rapidamente as condições de vida dos trabalhadores e do povo, a afundar o País no plano económico e social e a comprometer o futuro de Portugal. É um pacto que, em face de uma crise profunda do sistema capitalista, visa preservar e ampliar os lucros e privilégios dos grupos económicos à custa dos trabalhadores e do povo. É um pacto que agrava a exploração e desfere rudes golpes em direitos fundamentais e na democracia.

Manter este rumo de desastre é um crime contra o País e contra o povo português. Rejeitar o pacto de agressão é um imperativo nacional e um acto patriótico e de justiça.

Importa, pois, que os trabalhadores e o povo convirjam numa cada vez mais forte corrente de protesto e de luta, desenvolvendo um vasto movimento popular que congregate as camadas antimonopolistas, os democratas e os patriotas e que tenha como objectivos impedir o afundamento do País, salvaguardar os interesses dos trabalhadores e do povo, rejeitar as draconianas imposições e chantagens do grande capital e da União Europeia, assumir a defesa da Constituição da República, seus princípios e valores, e defender o inalienável direito do povo português ao pleno exercício da soberania nacional.

Desenvolver e fortalecer um amplo movimento unitário, envolvendo personalidades de diversos sectores, agregando a convergência e dinamizando a acção para a rejeição do pacto de agressão, por uma política patriótica e de esquerda para um Portugal com futuro – é este o objectivo que o Partido Comunista Português apresenta ao País.

Neste quadro complexo de grandes dificuldades mas igualmente de possibilidades de transformações, o PCP reafirma, também no Alentejo, a disponibilidade e a firme vontade dos comunistas, com todos os democratas, com todos os patriotas, com os trabalhadores e o povo,

– de resistir à política de agressão e ingerência imposta pelos partidos da política de direita, vergonhosamente submetidos aos interesses do capital e dos senhores da União Europeia;

– de combater em todos os planos e travar as medidas lesivas dos direitos, dos interesses e das aspirações de quem trabalha;

– de derrotar o pacto de agressão, verdadeiro processo de regressão civilizacional que querem impor aos trabalhadores, ao povo, a Portugal;

– de continuar a lutar pelo desenvolvimento e por mais justiça social no Alentejo e no País, por uma política patriótica e de esquerda, por uma democracia avançada, rumo a uma sociedade sem exploração do homem pelo homem, a sociedade socialista.

Alentejo, 27 de Novembro de 2011

A 4.ª ASSEMBLEIA REGIONAL DO ALENTEJO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



MOÇÃO

Em defesa do Poder Local Democrático

Portugal, os trabalhadores, o povo português vivem hoje uma situação dramática em consequência de 35 anos de política de direita praticada pelo PS, PSD e CDS-PP.

As medidas contidas no Orçamento de Estado para 2012 (decorrentes do pacto de agressão assinado com o FMI, BCE e UE, pelo anterior Governo do PS de que o PSD e CDS-P foram também subscritores) são um ataque profundo à grande maioria dos portugueses e às conquistas de Abril consagradas na Constituição da República.

Essas medidas traduzem-se em: cortes nos salários; roubo do subsídio de Natal e de férias a milhares de trabalhadores e reformados; alargamento do horário de trabalho de meia hora por dia; aumento dos impostos sobre o consumo e os rendimentos do trabalho; agravamento dos preços da electricidade, combustíveis, portagens, medicamentos, taxas moderadoras, transportes públicos; corte nos apoios sociais e do investimento público; encerramento de serviços e nas privatizações.

E enquanto a exploração dos trabalhadores e as condições de vida do povo atingem níveis insuportáveis, assistimos ao aumento das grandes fortunas e dos lucros dos grandes grupos económicos e financeiros, que não param de crescer.

No próximo mês de Dezembro, fará 35 anos em que pela primeira vez na sua história os portugueses votaram para eleger os seus representantes nos diversos órgãos do Poder Local.

Por isso se diz com toda a justiça, que o Poder Local Democrático é uma das mais belas conquistas do Portugal de Abril.

O Poder Local não foi o causador do actual estado deficitário em que o País se encontra, pelo contrário, em 2010 contribuiu para um superavit de 157 milhões de euros. São as Autarquias que asseguram cerca de metade de todo o investimento público.

Propõe-se o Governo através das medidas contidas no chamado “Livro Verde da Reforma da Administração Local “ estrangular financeiri-

ramente as autarquias e reduzir por decreto a autonomia dos seus órgãos.

Este programa de subversão do Poder Local pretende no concreto:

- Impor a subversão do sistema de eleição dos órgãos municipais para assegurar a constituição de executivos monocolores à custa da liquidação do seu carácter plural e democrático e das condições de fiscalização e controlo democráticos;
- Instituir um regime de finanças locais penalizante para as populações, reduzindo os factores de coesão e eliminando o princípio constitucional da “justa repartição entre a administração central e local dos recursos do Estado”;
- Eliminar a autonomia administrativa, prevendo transferir competências municipais para estruturas supra municipais, retirando aos municípios atribuições e competências, afastando ainda mais as populações dos centros de decisão e diminuindo a sua participação;
- Eliminar um considerável número de freguesias e municípios, constituindo um deliberado factor de empobrecimento da dimensão democrática e participada do Poder Local.

Perante a gravidade da situação decorrente dos brutais efeitos da política do Governo PSD/CDS-PP que irão recair sobre os trabalhadores, as populações e o país, a IV Assembleia Regional do Alentejo do PCP reunida no dia 27 de Novembro de 2011 em Serpa manifesta:

- A sua total rejeição do pacto de agressão acordado entre o FMI, a União Europeia, o Banco Central Europeu, PS, PSD e CDS, com o apoio do Presidente da República, que está a degradar aceleradamente as condições de vida dos trabalhadores e do povo, a afundar o País no plano económico e social e a comprometer o futuro de Portugal;
- A sua mais viva oposição a uma proposta de Lei do Orçamento de Estado que se afirma, nas suas disposições, como um meio de impor limitações inaceitáveis à autonomia das autarquias e de consagrar cortes de financiamento incompatíveis com o pleno direito de exercício das suas atribuições e competências;

- A sua total oposição ao “Livro Verde” por este se constituir como um instrumento orientado para a liquidação do Poder Local democrático e das suas características mais progressistas;

- O apoio à Jornada Nacional de Luta, dos eleitos e trabalhadores das Autarquias, convocada para dia 30 de Novembro, frente à Assembleia da República, em defesa do Poder Local Democrático;

- A inteira solidariedade aos trabalhadores das autarquias atingidos nos seus rendimentos, direitos e estabilidade de emprego pelas disposições do Orçamento de Estado relativas a matéria salarial ou de carreira;

A IV Assembleia Regional do Alentejo do PCP apela ainda à mobilização, ao protesto e à manifestação dos legítimos sentimentos de indignação por parte da população e dos trabalhadores contra estas medidas e estes objectivos.

A presente Moção será enviada para conhecimento e devidos efeitos ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro; ao Ministro das Finanças; Grupo Parlamentar do PS; Grupo Parlamentar do PSD; Grupo Parlamentar do PCP; Grupo Parlamentar do BE; Grupo Parlamentar do CDS-PP e Grupo Parlamentar do Partido Ecologista os Verdes;



MOÇÃO

Por uma nova reforma agrária

A luta em torno de uma nova Reforma Agrária surge natural como a própria vida, aparece como necessidade objectiva de resolver o problema do desemprego e da produção, como solução indispensável e única.

A Constituição da República, mesmo alterada e golpeada, inscreve como objectivo promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos agricultores, a racionalização das estruturas fundiárias, a modernização do tecido empresarial e o acesso à propriedade ou à posse da terra e demais meios de produção, directamente utilizados na sua exploração, por parte daqueles que a trabalham. Constituição que refere ainda a possibilidade de expropriação de terras e a sua entrega, a título de propriedade ou de posse, a pequenos agricultores, de preferência integrados em unidades de exploração familiar, e a cooperativas de trabalhadores rurais. Hoje, graças à PAC e às imposições da UE, umas poucas centenas de grandes agrários recebem milhões de euros, sem que lhes seja exigida a produção de um grama sequer de alimentos, enquanto milhares e milhares de hectares de terra estão a monte, ou mal aproveitados, ou servem apenas como reservas de caça.

A Reforma Agrária é uma reivindicação do nosso tempo e com futuro. Todas as condições objectivas se mantêm. A terra aí está. A terra não desapareceu, nem foi substituída, como não podia ser, por nenhum outro meio de produção. O latifúndio subsiste. Apenas 2,4% das explorações alentejanas (cerca de 870 com mais de 500 ha) possuem 39% da terra disponível (apenas 250 000 ha saíram deste bloco), muita da qual dedicada apenas à cultura do subsídio, sem produzir um grama sequer de alimentos. A exploração de milhares de operários agrícolas continua a ser uma realidade. Como não podia deixar de ser, a introdução da mecanização intensiva das explorações reduziu de forma muito significativa o peso desta camada. Mas contamos hoje ainda com cerca de 22 400 assalariados agrícolas. A que temos que somar alguns milhares de trabalhados imigrantes, a viver, quantas vezes situações degradantes.

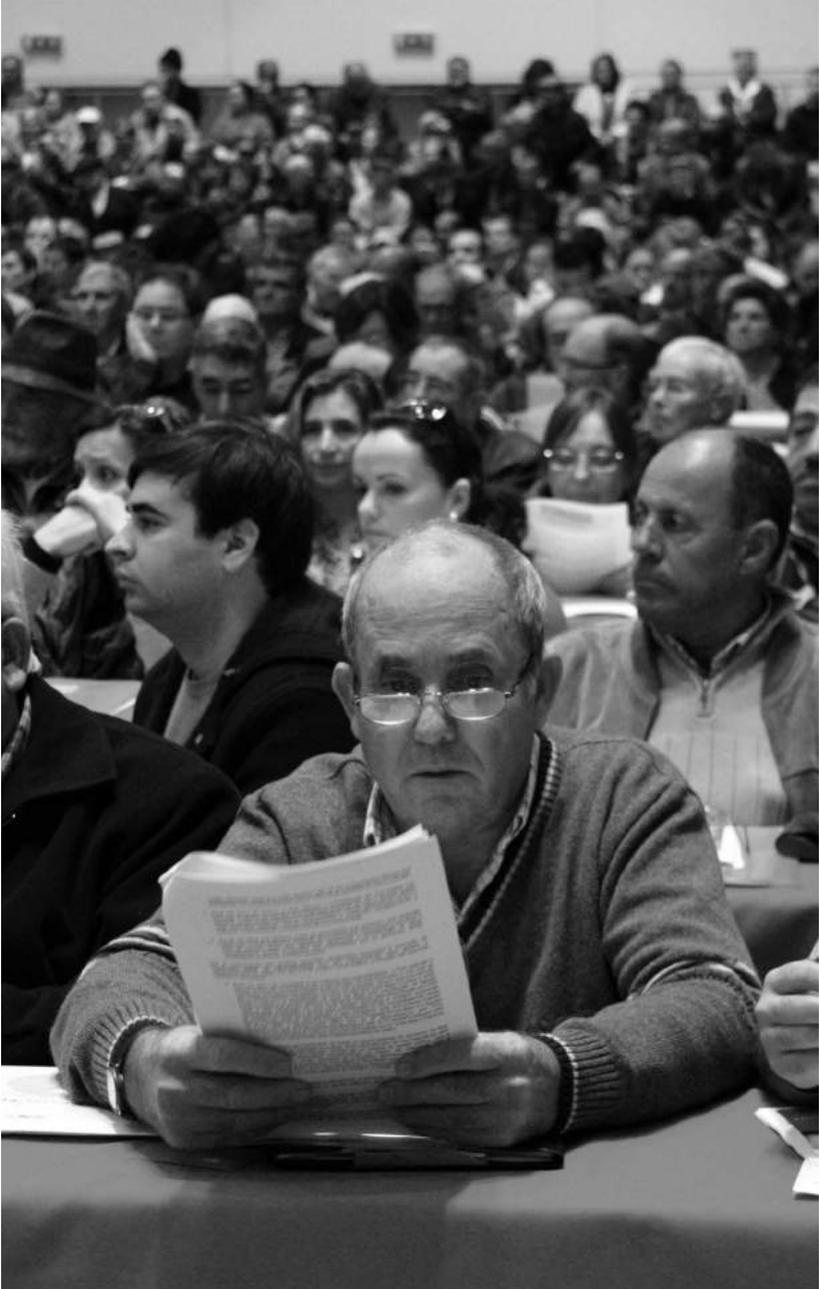
O Alentejo, apesar das suas potencialidades, é hoje uma das zonas mais deprimidas do país. O desemprego alastra e situa-se em valores acima da média nacional, o Alentejo tem a maior percentagem de pobres, nada menos que 26% da população.

Afirmamos que a «Reforma Agrária é uma exigência do tempo presente» para defender a produção nacional e a soberania alimentar do nosso povo; para garantir a posse nacional daqueles campos, protegendo-os da gula dos que, adquirindo as melhores terras dos perímetros de rega, e designadamente do Alqueva, as exploram de forma intensiva até à exaustão e, qual beduíno, levantarão a tenda assim que o nível de exploração os não satisfizer, deixando para o país os problemas ambientais e sociais daí decorrentes; para garantir a criação de emprego e o desenvolvimento. A exigência de uma nova Reforma Agrária não é uma afirmação de nostalgia saudosista. Ela parte da avaliação concreta da mais bela conquista de Abril.

Ela é uma afirmação de defesa do regime democrático como o entendem os comunistas. E é por tudo isso que se afirma que, no futuro democrático de Portugal, com a luta dos trabalhadores rurais e do povo, a Reforma Agrária nos campos do Sul – com a liquidação do latifúndio e a entrega da terra a quem a trabalhe – é uma necessidade imperativa e incontornável. É uma exigência de que o PCP não abdica e que será concretizada quando o povo o entender.

Sem a intervenção activa do PCP tal como aconteceu no pós 25 de Abril, não haverá uma verdadeira Reforma Agrária em Portugal. Os governos de políticas de direita, ao serviço dos monopólios e submetidos ao domínio do estrangeiro, não vão mexer no latifúndio, não vão fazer a Reforma Agrária. Essa tarefa histórica vai ser decidida pela luta sem tréguas dos trabalhadores e do nosso povo, inseparável da luta por uma alternativa de esquerda.

A Reforma Agrária é uma exigência nacional inadiável da luta dos comunistas, dos trabalhadores e de todas as forças progressistas na construção de um Portugal desenvolvido e soberano.



Moção

A luta é o caminho para derrotar o pacto de agressão!

Vivemos tempos de uma brutal ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e do povo. As medidas recentemente apresentadas e o Orçamento do Estado para 2011 do Governo PSD/CDS, vem na linha da política de direita praticada nos últimos 35 anos pelos sucessivos governos e em particular com o pacto de agressão celebrado entre o PS, PSD e CDS com a EU, BCE e o FMI, que só provoca mais recessão económica e o retrocesso social, o agravamento da exploração dos trabalhadores, o empobrecimento generalizado da população e do país.

Tem sido contra esta ofensiva que os trabalhadores e o povo têm resistido e respondido com a sua luta, quer nas empresas e locais de trabalho, quer na rua, em defesa dos seu direitos laborais, sociais e em particular o direito aos serviços públicos nomeadamente a escola publica e a saúde publica.

A recente Greve Geral de 24 de Novembro convocada pela CGTP-IN, constituiu uma poderosa resposta à maior ofensiva desde o 25 de Abril de 1974, uma Greve Geral que contou com a participação de mais de 3 milhões de trabalhadores, com uma fortíssima expressão em todo o país (continente e regiões autónomas).

Uma Greve Geral que na nossa região Alentejo teve uma grande dimensão em centenas de empresas e locais de trabalho, com milhares de trabalhadores a expressarem um combativo NÃO! Ao pacto de agressão, numa jornada memorável em defesa dos direitos dos trabalhadores e de um Portugal soberano e em particular de um Alentejo desenvolvido.

Desde o Litoral Alentejano, passando por Beja, Évora e terminando em Portalegre, nesta belas terras Alentejanas, a forte adesão à Greve Geral começou-se logo a fazer sentir de madrugada, com a paralisação total ou parcial da recolha dos resíduos sólidos, seguindo-se os estaleiros e edifícios municipais no sector da Administração Local. Foi também no sector da Administração Publica que a resposta dos trabalhadores teve grande expressão, como na saúde e na educação, que levou ao encerramento por parte dos trabalhadores docentes e

não docentes (auxiliares) e o encerramento de dezenas de escolas e cantinas.

Destacar que no sector produtivo a Greve Geral assumiu uma particular expressão e que em dezenas de empresas os trabalhadores da produção paralisaram na totalidade e em muitas outras empresas a produção esteve a meio gás.

A mobilização em diversos sectores e empresas e a ampla expressão de rua que a Greve Geral comportou dezenas de piquetes por todo o Alentejo, bem como os postos de informação, concentração e manifestação que fizeram desta jornada de luta uma importante obra colectiva.

Esta foi uma acção só possível com o empenho militante dos comunistas, dos dirigentes, delegados e activistas sindicais que com o seu esclarecimento e mobilização, de forma corajosa, determinante e combativa, conseguiram que muitos jovens trabalhadores fizessem greve pela primeira vez, e outros trabalhadores perdessem o medo das pressões, repressões e chantagens que sofreram por parte das entidades patronais.

Uma Greve Geral que contribuiu para o crescente isolamento dos que roubam o povo e afundam o país, uma greve que colocou de forma inequívoca que os trabalhadores não se resignam e caem no conformismo que nos querem impor e que coloca de forma incontornável uma nova fase do desenvolvimento da luta de massas em cada empresa e local de trabalho, em cada localidade, em cada sector de actividade, a continuação da luta com acção específica e convergente.

A 4ª Assembleia Regional do Alentejo do PCP decide a intensificação, mobilização e participação na jornada de luta que se vai realizar no próximo dia 30 de Novembro, com concentração no largo de Santos em Lisboa e com deslocação para a Assembleia da Republica, no dia do voto final do Orçamento de Estado para 2012.

A 4ª Assembleia Regional do Alentejo do PCP reafirma o seu compromisso com os trabalhadores e o povo Português na intensificação, esclarecimento e mobilização para a luta que se seguirá já em Dezembro, que será ainda mais exigente, e a força e determinação

na luta desenvolvida demonstra e confirma de que não só é necessária, como possível a concretização de uma política patriótica e de esquerda que contribua para salvar o país do rumo de desastres que lhe querem impor.

Neste sentido a luta de classes e de massas é o caminho! Mais cedo do que tarde, derrotará os objectivos do Governo e do grande Capital!

Viva a 4ª Assembleia Regional do Alentejo do PCP!

Viva a luta dos trabalhadores!

Viva o PCP!





DRA – DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO (eleita na 4ª Assembleia Regional do Alentejo)

Alexandre Cortes Rodrigues – 59 anos, empregado, funcionário do Partido, membro dos organismos executivos da DOREV do PCP, membro da DRA do PCP.

António João Palma Zacarias Pereira – 50 Anos, empregado de escritório, funcionário do Partido, membro dos organismos executivos da DORBE do PCP, membro da DRA do PCP.

António José Rodrigues Vitória – 55 Anos, empregado de escritório, funcionário do Partido, eleito na Assembleia de Freguesia do Salvador (Beja), membro dos organismos executivos da DORBE do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Carolina de Jesus Oliveira Neves Medeiros – 45 Anos, costureira especializada, funcionária do Partido, membro dos organismos executivos da DORBE do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Diamantino José Dias – 61 anos, operário industrial, funcionário do Partido, membro dos organismos executivos da DOREV do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Diogo Júlio Cleto Serra – 58 anos, técnico de projectos sociais, coordenador da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, membro da Comissão Concelhia de Portalegre do PCP, membro do executivo da DORPOR do PCP.

Elsa Sofia Nunes Paixão – 34 anos, empregada, funcionária do Partido, eleita no executivo da Junta de Freguesia de Arraiolos, membro dos organismos executivos da DOREV do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Fernando Carmosino Simões Bastos Silva – 56 anos, empregado de escritório, funcionário do Partido, presidente da Assembleia Municipal do Crato, membro da Comissão Concelhia de Nisa do PCP, membro dos organismos executivos da DORPOR do PCP, membro do executivo da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Jerónimo José Correia Lóios – 63 anos, bancário, presidente da Câmara Municipal de Arraiolos, membro do secretariado da Comissão Concelhia de Arraiolos do PCP, membro da DOREV do PCP, membro da DRA do PCP.

João Carlos Jorge Pausinho – 37 anos, empregado, funcionário do Partido, membro do executivo da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

João Fernando Dias Serra – 58 anos, operário agrícola, funcionário do Partido, eleito na Assembleia de Freguesia de São Saturnino (Fronteira), membro da Comissão Concelhia de Elvas do PCP, membro dos organismos executivos da DORPOR do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Joaquim Manuel Nunes Lopes – 53 anos, engenheiro técnico agrário, membro do secretariado da Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP, membro do executivo da DORPOR do PCP, membro da DRA do PCP.

Jorge Miguel Oliveira Feliciano – 34 Anos, trabalhador das artes e da cultura, presidente da direcção do Teatro Fórum de Moura, membro dos organismos executivos da Comissão Concelhia de Moura do PCP, membro da DORBE do PCP.

José Maria Prazeres Pós-de-Mina – 53 Anos, gestor de empresas, presidente da Câmara Municipal de Moura, membro da Mesa do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), membro dos organismos executivos da Comissão Concelhia de Moura do PCP, membro da DORBE do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Manuel Guerreiro Reis – 56 Anos, electricista, membro dos organismos executivos da DORBE do PCP, membro da DRA do PCP.

Manuel Lopes Valente – 54 anos, operário, funcionário do Partido, membro do secretariado da DORLA do PCP, membro do executivo da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Manuel Maria Libério Coelho – 43 anos, economista, funcionário do Partido, presidente da Câmara Municipal de Avis, membro do

secretariado da Comissão Concelhia de Avis do PCP, membro dos organismos executivos da DORPOR do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Maria Emília Almeida – 50 anos, empregada, funcionária do PCP, membro do secretariado da DORLA do PCP, membro da DRA do PCP.

Maria Manuel Cardo Ramalho Gantes – 43 Anos, técnica superior de turismo, eleita na Assembleia Municipal da Vidigueira, membro da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), membro da Comissão Concelhia da Vidigueira do PCP, membro da DORBE do PCP.

Maria Margarida Machado – 55 anos, empregada, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, eleita na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, membro dos organismos executivos da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, membro da DOREV do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Maria Margarida Santos – 40 anos, professora, vereadora da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, membro do executivo da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém do PCP, membro da DORLA do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Miguel Alexandre de Sousa e Catarino Madeira – 33 Anos, empregado, funcionário do Partido, membro do executivo da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Raimundo Céu Cabral – 64 anos, operário agrícola, funcionário do Partido, eleito na Assembleia de Freguesia da Malagueira (Évora), membro dos organismos executivos da DOREV do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Rogério Duarte Almeida Silva – 37 anos, assistente técnico, funcionário do Partido, membro dos organismos executivos da DOREV do PCP.

Telma Patrícia Bentes Capucho – 35 anos, licenciada em arquitetura, funcionária do Partido, membro do secretariado da DORLA do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Valter Ricardo Borracho Lóios – 31 anos, operário, coordenador da União de Sindicatos do Distrito de Évora, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, eleito na Assembleia Municipal de Arraiolos, membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, membro da DOREV do PCP, membro da DRA do PCP, membro do Comité Central do PCP.

Média de Idades: 48 anos

Até aos 40 anos: 8 = 31%

Dos 41 aos 50 anos: 5 = 19%

Dos 51 aos 60 anos: 10 = 38%

Mais de 61 anos: 3 = 12%

Homens: 19 = 73%

Mulheres: 7 = 27%

Composição Social:

Operários Industriais: 4 = 15%

Operários Agrícolas: 2 = 8%

Empregados: 12 = 46%

Quadros Técnicos e Intelectuais: 8 = 31%

Operários + Empregados: 18 = 69%

Intervenção Dias Coelho

4ª Assembleia Regional do Alentejo

Camaradas e amigos

Quero em primeiro lugar em nome da DRA e dos organismos executivos do Comité Central, saudar todos os amigos e camaradas, presentes nesta 4ª Assembleia Regional do Alentejo e por vosso intermédio todos os militantes do Partido e da JCP, todos os democratas e o povo Alentejano.

Cada realização, cada iniciativa do nosso Partido insere-se sempre num quadro económico, social e político determinado.

Assim acontece com a 4ª Assembleia Regional do Alentejo que se realiza num quadro de profunda ofensiva do governo PSD/CDS.

Uma Assembleia que bebendo, no saber, no conhecimento e experiência dos trabalhadores e do povo, nas orientações e posições anteriormente assumidas, na actualização do conhecimento da região, na elaboração, e construção colectiva dos comunistas alentejanos, projecta um plano integrado para o desenvolvimento da região no plano económico, social cultural e ambiental.

Uma Assembleia que se insere no esforço colectivo de reforço do Partido no plano orgânico, ideológico e de influência social, política e eleitoral, reclamando uma redobrada intervenção organizada dos comunistas em cada organização regional, concelhia, de freguesia, empresa ou local de trabalho, no plano da mobilização e incentivo à luta de massas contra o Pacto de Agressão, de exploração e empobrecimento cada vez maior do povo alentejano.

Reforçar o Partido, dando-lhe mais força em todas as dimensões, afirmando a sua identidade e a sua ideologia Marxista- Leninista é uma condição nuclear para a unidade da classe operária, dos trabalhadores, das populações, dos democratas e patriotas alentejanos que querem, lutam e desejam um Alentejo próspero e desenvolvido, onde as suas potencialidades e recursos sejam postas ao serviço da região e do país, gerando emprego com direitos, elevando os seus salários e pensões fixando populações.

Camaradas e amigos

Esta nossa 4ª Assembleia Regional do Alentejo, realiza-se num momento de grande afronta aos trabalhadores e ao povo por parte do grande capital, que instalado nos diversos níveis de poder e acoitado

no acordo com a troika estrangeira assinado pelo PS, PSD e CDS leva a cabo a mais agressiva e destrutiva ofensiva, contra a região, o país, os direitos dos trabalhadores e o regime democrático consagrado na Constituição.

Uma ofensiva que tendo no centro sempre os mesmos protagonistas e os mesmo atingidos, não se iniciou agora, mas que conhece agora novos saltos quantitativos e qualitativos com o Pacto de Agressão, chamado de ajuda externa pelos protagonistas da política de direita.

Uma ofensiva sem precedentes que atingindo todos os sectores e camadas anti-monopolistas, atinge de forma mais feroz, os que menos têm e menos podem, aumenta a exploração, agrava ainda mais os custos da interioridade, provoca retrocessos, atrasa o desenvolvimento do interior, destrói serviços públicos, ataca o Poder Local Democrático, gera falências, desemprego, fome e miséria, acelera a desertificação e despovoamento deste imenso território que é o Alentejo.

Uma situação que não é inevitável, mas que encontra nas opções de classe dos sucessivos governos da política de direita a causa profunda.

Uma situação que embora a ideologia dominante procure disfarçar, tentando meter os partidos políticos e os políticos todos no mesmo saco, tem responsáveis concretos - PS, PSD e CDS - que têm desenvolvido a política de direita.

Um política:

- 1) Que não aproveita a terra para a produção agrícola, questão essencial para a diminuição do défice alimentar.
- 2) Que não estimula a produção agro-alimentar com a instalação de fábricas.
- 3) Que despreza as potencialidades piscatórias e que destruiu a frota pesqueira.
- 4) Que desaproveita as riquezas existentes no subsolo, ou que entrega a sua exploração a multinacionais que exportam o minério para ser transformado noutros países, não criando produção em fileira instalando fabricas na região.

Uma Política:

- 5) Que ataca o Poder Local Democrático estrangulando-o financeiramente, criando espartilhos à sua capacidade de endividamento, limitando as suas possibilidades de obra e realização ao serviço das populações, elemento de progresso e gerador de dinamização da

economia local, criando em cadeia agravados problemas na frágil estrutura económica e social da região.

6) Que destrói serviços públicos, encerrando Centros e extensões de Saúde, diminuindo valências hospitalares, liquidando o transporte de doentes, encerrando escolas, postos dos CTT e da GNR, suspendendo ou diminuindo o transporte ferroviário e rodoviário de passageiros.

Uma política:

7) Que faz da região, aquela que tem dos maiores índices de desemprego e do valor do salário e reformas per capita dos mais baixos do Produto Interno Bruto do país.

8) Que ataca os direitos laborais, que precariza o emprego.

E que tem levado milhares de trabalhadores alentejanos, a procurarem na emigração e na migração para os centros urbanos e para o litoral melhores condições de vida.

Uma realidade que conduziu segundo os resultados preliminares dos censos a sermos menos a viver e a trabalhar no Alentejo.

Uma realidade que impõe a necessidade da elaboração de um Plano Imediato de Intervenção Económica e Social, capaz de combater a desertificação e o despovoamento da região, minimizar os dramáticos problemas existentes, priorizando o investimento público e a adopção de políticas públicas que, utilizando os fundos comunitários, verbas do Orçamento do Estado e mobilizando outros recursos financeiros, aposte em investimentos de natureza local, capazes de gerar emprego e o desenvolvimento da base económica, lançando as bases para o desenvolvimento sustentável da região

Uma política que tem merecido na linha do que tem sido feito desde há muito, uma pronta, dinâmica e exigente intervenção do Partido nas quatro Direcções de Organização Regional e por parte da Direcção Regional do Alentejo, com a multiplicação de acções e iniciativas de denuncia e afirmação das nossas propostas e projecto do Partido, de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e do povo quer nos períodos eleitorais, quer fora deles para a luta por uma vida melhor, por uma política patriótica e de esquerda, por um Portugal com futuro, pela democracia avançada, pelo socialismo e o comunismo.

Camaradas e amigos

Nestes quatro anos, o Partido foi chamado a intervir em importantes batalhas eleitorais para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu, para as autarquias, para a Presidência

da República e de novo para a Assembleia da República. Cinco batalhas eleitorais em quatro anos, a par da intensificação da luta de massas, constituíram momentos de grande exigência para as organizações regionais e para todo o colectivo partidário. Sem querer fazer nenhum balanço, nem análise aos resultados eleitorais, tanto mais que este não é o espaço para o fazer e porque a sua avaliação foi feita nos vários organismos das quatro organizações regionais no tempo certo, creio que é justo dizer, sem escamotear problemas, dificuldades e perdas que nos marcam e nos fazem reflectir, o que sobressai é o forte empenhamento das organizações e militantes.

As batalhas eleitorais, são sempre momentos de grande concentração de forças e energias e de ligação às massas.

Mas como é óbvio, as lutas eleitorais não são nem o alfa nem o ómega de um Partido revolucionário como é o PCP.

Elas, são uma frente de luta enquadrando-se na luta geral do Partido, onde se releva a luta dos trabalhadores e das massas como motor da transformação social.

Entre a 3ª e a 4ª Assembleia Regional, o Partido, o movimento sindical de classe, várias comissões de utentes dos serviços públicos e outros movimentos como de agricultores e dos micro, pequenos e médios empresários e da cultura não pararam, lutaram com força.

Desenvolveram-se e intensificaram-se as lutas nas empresas e locais de trabalho, na juventude, nos concelhos e freguesias, participando fortemente nas acções de convergência como foram as várias e grandes manifestações em Lisboa, a greve geral de 2010 e a que há três dias se concretizou com grande êxito, dando expressão ao forte descontentamento existente.

Daqui saudamos em nome dos comunistas Alentejanos a grandiosa Greve Geral de 24 de Novembro e todos os trabalhadores que nela participaram com coragem e determinação e os milhares de manifestantes que participaram em concentrações e desfiles nas três capitais de distrito e em diversos concelhos do Litoral

Greve Geral que não foi, nem podia ser a última luta, antes se inseriu e insere num processo mais vasto da luta que vai ter de continua contra o Pacto de Agressão.

Luta que conhece hoje em todo o Alentejo, expressões e acções de natureza diversificada em defesa dos direitos dos trabalhadores e pela melhoria dos seus salários, em defesa dos reformados e pensionistas, do serviço nacional de saúde, da escola pública e do transpor-

te público ferroviário e rodoviário de passageiros, em defesa do Poder Local Democrático, em defesa da produção agrícola e dos pequenos e médios agricultores, em defesa dos micro, pequenos e médios empresários e da cultura.

Luta, que se amplia, alargando a frente social de luta contra a política de direita e que recebe do Partido e dos comunistas alentejanos, a solidariedade e o apoio.

Luta que encontra na primeira fila do combate os comunistas alentejanos, exigindo do Partido mais organização, para intervir, para lutar, para afirmar as nossas propostas e projecto de democracia avançada e de socialismo para Portugal.

Camaradas e amigos

A acção geral de reforço do Partido decidida pelo XVIII designada “Avante por um PCP mais forte” conheceu e conhece na região importantes avanços com a responsabilização de novos camaradas, o recrutamento, a realização de várias assembleias de organização, a concretização de várias acções de formação ideológica, a reactivação de várias organizações e a criação de novos organismos, o reforço do trabalho e da direcção colectiva o que não anula antes pressupõem a responsabilidade individual, a realização de várias iniciativas de debate e esclarecimento.

Contudo os avanços não correspondem às necessidades e exigências que estão colocadas ao Partido

Sem querer aqui fazer qualquer análise global aos avanços e recuos e às insuficiências, até porque havendo traços comuns a realidade em cada uma das Organizações Regionais, é diferenciada, além disso essa avaliação está reservado às Direcções de Organização Regional, podemos dizer que precisamos de olhar mais para o Partido para o estado da sua organização e da sua ligação às massas e à realidade em cada sitio, para o nosso trabalho virado para as empresas e locais de trabalho, para o funcionamento dos organismos, para o acompanhamento aos quadros e a sua formação ideológica, para o recrutamento, enquadramento e responsabilização dos novos militantes, para o rejuvenescimento do Partido, para os fundos e a necessidade de aumentar a capacidade financeira indispensável para intervirmos mais e melhor e garantirmos a nossa independência, política e ideológica, para a imprensa partidária como instrumento de formação, de divulgação, conhecimento e popularização das nossas propostas e projecto. Sabendo como a experiência histórica nos ensina que, a organização

não e um fim em si mesmo, mas sim um meio fundamental para atingirmos os nossos objectivos, a proposta de Resolução Política da 4ª Assembleia Regional assume a questão do reforço do Partido como uma questão central para responder às exigentes tarefas do nosso tempo.

Um tempo marcado pela agudização da luta de classes, pela afronta do grande capital aos trabalhadores e ao povo, pelo aumento da exploração, pelo o acerto de contas com o 25 de Abril os seus ideais e conquistas, pela tentativa de destruição total do regime democrático consagrado na Constituição.

Um tempo em que emerge uma brutal ofensiva ideológica contra o Partido e os trabalhadores no sentido de os condicionar.

Um tempo em que subsistem grandes perigos, mas simultaneamente grandes potencialidades para a luta.

Um tempo em que a classe operária, os trabalhadores em geral e o povo reclamam do seu Partido uma intervenção activa e dinâmica na perspectiva da defesa dos seus direitos, interesses e aspirações, no caminho da ruptura e da mudança

Um tempo em que Partido tem de estar à altura do cumprimento do seu papel histórico, assumindo o seu papel de vanguarda na condução da luta

Reforçar a organização do Partido, a sua unidade e coesão política e ideológica, com uma única orientação geral e uma única direcção central, uma ampla e dinâmica acção e intervenção das organizações para a concretização dos objectivos imediatos em que se releva a luta contra o Pacto de Agressão, por melhores salários e pensões de reforma, pela criação de emprego, pela diversificação da nossa base económica, em defesa do aumento da produção agrícola e por uma nova Reforma Agrária, por um Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo que responda à gravíssima situação económica e social na região.

Reforçar o Partido, promover a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, a unidade do povo, potenciar o movimento unitário com realce para o movimento sindical unitário, dar força e confiança à luta por uma vida melhor, lutar por um Alentejo mais próspero, uma política patriótica e de esquerda, objectivos imediatos, inseparáveis dos objectivos estratégicos da Democracia Avançada, do Socialismo e do Comunismo no nosso país, são pois, tarefas centrais, um desafio que se coloca a todos os comunistas alentejanos.

Este foi em resumo o balanço que fazemos quanto à situação em que

por força da política de direita se encontra a região, quem nela vive e trabalha e como consta do Projecto de Resolução Política estas são as principais propostas do PCP para o desenvolvimento da região. Este foi também em resumo o balanço da luta dos trabalhadores e das populações da nossa região, um balanço demonstrativo das inúmeras dificuldades, mas sobretudo revelador das enormes potencialidades para prosseguir a luta, resistir e vencer.

Este foi ainda um balanço resumido do estado do Partido na região, das suas insuficiências, mas também das suas potencialidades, demonstrando que temos um Partido forte, mas queremos que ele seja ainda mais forte para travar todos os combates, lutar e derrotar o Pacto de Agressão, por um Portugal e uma região com futuro, pela construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

Viva a 4ª Assembleia Regional do Alentejo

Viva a luta dos trabalhadores e do povo

Viva o Partido Comunista Português

Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP, Serpa, 4ª Assembleia Regional do Alentejo

Intervenção de Encerramento da 4ª Assembleia Regional do Alentejo

Domingo 27 de Novembro de 2011

Permitam-me que ao mesmo tempo que saúdo todos os presentes nesta nossa IV Assembleia Regional do Alentejo do PCP, saúdo também vivamente todos os trabalhadores e o povo desta vasta região de grandes tradições de luta pela sua participação massiva na magnífica Greve Geral que os trabalhadores portugueses acabaram de levar a cabo em todo o país.

A Greve Geral do passado dia 24, convocada pela CGTP, constitui uma jornada memorável, uma magnífica e poderosa resposta dos trabalhadores e do povo português às medidas de brutal ataque às suas condições de vida e direitos, mas também em defesa do país e contra a política de ruína nacional do governo do PSD/CDS e das forças dessa vergonhosa aliança na qual se inclui o PS que impôs ao país o brutal Pacto de Agressão concertado com o FMI e a União Europeia. Uma Greve Geral que ficará na história da luta dos trabalhadores portugueses como um momento maior, como uma das mais expressivas e combativas lutas que se travaram e que inevitavelmente se reflectirá na evolução da situação política e social, visando o isolamento do governo de Passos e Portas e das forças políticas e do capital económico e financeiro que estão a impor aos portugueses e ao país um caminho de exploração e de sistemático empobrecimento.

Uma Greve Geral que frutificará no imediato fortalecendo o movimento de resistência à aplicação das medidas perversas e de austeridade severa que estão em curso, que constitui um renovado alento e uma ainda mais enérgica dinâmica à luta que travamos, tendo no horizonte a derrota deste governo, do Pacto de Agressão e da política de direita que tem dado suporte às opções e decisões dos últimos governos que conduziram o país à crise e ao retrocesso económico e social.

Uma Greve Geral que, pela sua amplitude sectorial e dimensão nacional, pela sua determinação e combatividade, revela que este governo

do PSD/CDS, o Pacto de Agressão e as forças que o suportam não têm futuro. E não têm futuro porque estão condenados pela luta dos trabalhadores e do povo que acabará por determinar, quer queiram quer não, o rumo alternativo para o país.

A larga adesão verificada é bem a afirmação de que nada ficará como dantes e que os trabalhadores e o povo não vão desarmar, nem aceitar passivamente a destruição das suas vidas e do seu país. Que esta estrondosa luta não foi um ponto de chegada, será apenas uma etapa da exigente luta que estamos a travar contra o abuso e a prepotência e em defesa do país e do nosso povo. Esta grandiosa luta diz que há força e determinação suficientemente sólida para prosseguir este combate sem desfalecimentos.

Uma Greve Geral que é um sério aviso a todos aqueles que apostam na resignação e no conformismo para imporem o seu pérfido programa de destruição das condições de vida do povo e de ruína e declínio do país. Uma poderosa manifestação da disponibilidade dos trabalhadores e do povo para travar a actual política e para serem parte fundamental da ruptura e da mudança que o país precisa para construir um Portugal com futuro.

Uma Greve Geral justa e necessária, realizada num tempo em que se perfilam novas e mais injustas medidas de ataque aos direitos e rendimentos dos trabalhadores e ao povo, concretizando esse Pacto de agressão e de intervenção externa estabelecido pelo PS, PSD e CDS com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

Esse Pacto profundamente anti-patriótico que constitui o elemento estruturante dessa ofensiva sem precedentes a que estamos a assistir e que urge rejeitar, invertendo o rumo que está a conduzir o país para o abismo.

Um Pacto de Agressão que visa o agravamento da exploração, desde logo com as alterações às leis de trabalho, algumas das quais vão sendo tornadas públicas e outras que estão em concretização. São as alterações que visam o aumento do horário de trabalho; a eliminação do direito a descanso em dias feriados; a redução do pagamento das horas extraordinárias e do trabalho nocturno; o alargamento do conceito de despedimento com justa causa e diminuição do valor das indemnizações que são a expressão de uma política descaradamente enfeudada aos interesses do grande capital.

O seu objectivo é reduzir à expressão mais ínfima o conjunto dos direitos laborais, nomeadamente liberalizar os despedimentos e aniquilar a organização do tempo de trabalho, em prejuízo da vida pessoal

e familiar de cada trabalhador.

Tudo conjugado com o forte ataque aos rendimentos dos trabalhadores e reformados, com a redução drástica dos apoios sociais aos desempregados e aos mais carenciados, com o aumento dos impostos sobre o trabalho, o consumo e a habitação que atingem de forma ainda mais violenta as classes e camadas populares. Que pretende como já se viu agravar todos os preços dos bens e serviços essenciais, transportes, saúde, electricidade. Que lança um novo ataque às funções sociais do Estado, com cortes significativos na saúde, educação, justiça, administração local e o encerramento e concentração de serviços de saúde, escolas, tribunais, finanças e outros serviços da administração central. Que só atinge apenas o povo que trabalha, para favorecer a pequena minoria dos que têm vivido e acumulado fortunas e riqueza, nomeadamente o sector financeiro que têm de novo à sua disposição uma grossa fatia dos milhões do empréstimo que o povo tem que pagar.

Pacto de Agressão que imporá também novas e crescentes dificuldades às actividades que vivem do mercado interno – às muitas milhares de micro, pequenas e médias empresas – em resultado do ataque ao consumo interno, do agravamento do IVA e da diminuição brutal do investimento e do agravamento brutal dos factores de produção. Que determina um programa de privatizações que constitui um autêntico banquete ao grande capital nacional e estrangeiro, eliminando a presença do Estado em empresas e sectores estratégicos e perdendo recursos financeiros essenciais para o país, agravando ainda mais as dificuldades da economia portuguesa e acentuando o caminho do declínio do país e da sua dependência.

O bloco direitista dos partidos da troika está a anunciar propostas com novas regras para garantir ética e transparência nas privatizações. São iniciativas que em si mesmas são o reconhecimento do que tem sido o regabofe das privatizações em Portugal. Trata-se, mais uma vez, de cobrir, agora com o chapéu da ética, um processo ao qual é inerente, pela sua própria natureza, a negociata, o compadrio, a promiscuidade e a roubalheira.

Um Pacto que é a ruína do país pela opções de política económica e social que impõe, mas também pelo serviço da dívida que é um roubo ao povo português e que deixa o país sem condições e meios para dar resposta aos problemas do desenvolvimento. Só em juros e comissões do empréstimo são 35 mil milhões!

É por isso que é justo dizer que o seu cumprimento significará hipote-

car o futuro do país por muitos e longos anos.

A execução do Pacto de Agressão com a brutal ofensiva anti-social que transporta não vai, mais uma vez, resolver nenhum dos problemas reais do país, mas conduzir ao seu agravamento numa dimensão ainda mais grave do que aquela que temos hoje. É por isso que é preciso parar já, antes que seja tarde!

Isso está cada vez mais patente na evolução da situação económica e social, com o país a caminhar a passos cada vez mais largos para uma mais profunda recessão económica. Uma recessão cuja gravidade o próprio governo vem anunciando, semana após semana, ser sempre pior do que previa e que projecta com uma quebra de 3% do PIB para o próximo ano.

Vemos todos os dias mais emprego destruído, mais empresas e actividades a fechar. Nestes últimos três meses perderam-se quase 40 000 empregos e desde o início do ano perto de 100 000. O desemprego nos jovens atinge a taxa de 30% no país e, em sentido lato, no final do terceiro trimestre tínhamos já ultrapassado o milhão de desempregados. O Alentejo conhece bem este flagelo em agravamento constante!

Um vastíssimo programa de medidas que se prolongarão até 2013, transformando a vida dos portugueses num suplício, como se adivinha pelas primeiras medidas já tomadas e pelo conteúdo da proposta de Orçamento para 2012 que está em debate na Assembleia da República. De facto, basta olhar para o primeiro Orçamento de Estado fruto deste Pacto de Agressão para ver o seu sentido profundamente regressivo no plano social e no plano económico.

Cortes de salários e de prestação sociais, com o confisco do subsídio de férias e do 13.º mês aos funcionários públicos, com aumentos da jornada de trabalho sem aumento de salário, privando os trabalhadores de mais de metade das férias, com ameaças de cortes salariais a todos os trabalhadores, agravando ainda mais a desigual distribuição da riqueza, substituindo os direitos que assistem àqueles que trabalharam e contribuíram dos seus salários uma vida inteira.

Um roubo dos salários e pensões no valor de mais de 2000 milhões de euros.

Com este Orçamento os trabalhadores portugueses são condenados a trabalhar mais, a receber menos e a pagar mais impostos. Mais IRS, mais IMI, mais IVA nos produtos essenciais e com um forte impacto também no pequeno comércio, na restauração e noutras actividades, particularmente as viradas para o mercado interno.

Um orçamento que pretende dar um golpe severo no direito à saúde, com um corte de quase 1000 milhões de euros, à custa de novos encerramentos, do aumento das listas de espera, do aumento das taxas moderadoras e medicamentos e à custa do despedimento dos profissionais necessários aos serviços de saúde.

Um orçamento que ataca de forma brutal a escola pública e aplica um corte de quase 20% às verbas destinadas à educação. Com o despedimento de milhares de professores, o encerramento sistemático de escolas, a falta de milhares de auxiliares, as dívidas às autarquias.

Trata-se de uma política que, destruindo direitos consagrados na Constituição, fazendo tábua rasa das suas normas essenciais, pretende atingir aspectos fundamentais do nosso regime democrático conquistado com a Revolução de Abril.

Em nome da crise, é a própria Constituição e os direitos nela consagrados que se pretende que sejam letra morta. Não faltam mesmo algumas vozes, invocando pergaminhos de juristas, a pregar o conformismo e a dizer que perante a crise e o estado de necessidade em que estamos, não há outro remédio que não seja o de esquecer a Constituição e os direitos nela consagrados.

É preciso dizer com total clareza que não aceitamos que, em nome da crise, se possa invocar o direito de não cumprir a Constituição. Pelo contrário, é em momentos de crise, em que as ameaças aos direitos fundamentais sobem de tom, que é preciso afirmar com total clareza a necessidade de respeitar o Estado de Direito e os direitos fundamentais consagrados na Constituição. Não podemos aceitar que, em nome da obediência à troika, se possa instalar uma espécie de “estado de sítio” não declarado.

Se a Constituição não for respeitada, a Lei Fundamental do país passa a ser a arbitrariedade e, então, é o próprio regime democrático que é posto em causa.

O Governo diz que este é o Orçamento inevitável, que não há alternativa às medidas de austeridade. Trata-se de uma afirmação que tem o objectivo de esconder a sua verdadeira opção pela defesa dos grandes interesses.

Aceite o Governo e a sua maioria o conjunto das propostas do PCP apresentadas em sede de Orçamento e verá que há alternativa às suas bárbaras medidas de austeridade contra os trabalhadores e o povo. Medidas como a criação de uma taxa de 0,2% aplicável às transacções financeiras; de tributação de mais-valias mobiliárias obtidas por Sociedades Gestoras de Participações Sociais; de tributa-

ção em 30% em IRS e IRC dos rendimentos obtidos em off-shores e das transferências financeiras para os paraísos fiscais, incluindo Zona Franca da Madeira; a majoração do imposto sobre automóveis e imóveis de luxo, aviões e iates, entre muitas outras.

Não é a falta de propostas alternativas, mas a opção consciente e deliberada de favorecer a riqueza e os grandes interesses que leva o governo a dizer que não há alternativa.

Mas é perante um Orçamento com a gravidade daquele que o Governo apresentou que o PS se abstém. Não há acrobatismos de linguagem que possam iludir que o seu voto no Orçamento é um voto solidário com a política que afinal é também a sua – a política que, no essencial, é a do Pacto de Agressão.

São de puro efeito pirotécnico, para se desfazerem num ápice, as propostas do PS para o Orçamento, depois de terem antecipadamente dado o seu voto de abstenção dita “violenta” mas, de facto, de cumplicidade com as medidas e as opções de fundo deste Orçamento.

Tal como não há outra justificação que não a da conviência com as políticas que servem os grandes interesses financeiros, a sua posição e voto favorável à proposta do governo de recapitalização da banca com dinheiros públicos que disponibiliza 12 mil milhões de euros em condições leoninas para a banca. Dessa banca que, depois das fitas do costume, tem garantido o dinheiro dos contribuintes para fazerem dele o que entenderem, ao preço que lhes convém, sem qualquer controlo e sem que se proíba a distribuição de dividendos.

Na verdade, o Governo, no que diz respeito às medidas contra os trabalhadores, é de uma inflexibilidade total – é a política das inevitabilidades –, mas quando se trata da banca logo o discurso muda como está a acontecer. Aí é todo medidas e disponibilidade para atender às suas inaceitáveis exigências.

Os bancos andam com o choradinho de que têm ajudado o país, quando o contrário é que é verdade, como se os seus investimentos não tivessem sido invariavelmente aplicados para obter o máximo de lucro para os seus accionistas e não em função de outro qualquer interesse.

O que servia o país era colocar, como defendemos, os 12 000 mil milhões numa operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos para apoiar a economia, os pequenos e médios empresários e deixar a dita recapitalização dos bancos privados ao cuidado dos seus accionistas. Era essa a orientação que um Governo patriótico devia assumir. Mas já vimos mais uma vez que a banca fala e o Governo

obedece como se vê nas declarações do Ministro das Finanças que já veio admitir uma “evolução significativa” nas regras no acesso aos 12 mil milhões de euros pela banca.

O Governo vai ao ponto de justificar a sua cedência aos interesses da banca com a afirmação do senhor Ministro das Finanças de que “a directa intervenção na gestão (dos bancos) deve ser o último recurso dada a desastrosa experiência do sector público na gestão do sector financeiro”.

Aonde é que andou e anda o senhor Ministro das Finanças e em que mundo vive? Desastrosa gestão pública? Ainda ousa falar de gestão pública depois das fraudulentas e infames práticas da gestão privada do sistema financeiro que despoletaram a presente crise do capitalismo internacional e que está a mobilizar biliões de dólares e euros do sector público, que o povo está a pagar, para cobrir os seus desmandos, a suas fraudes e as suas actividades especulativas? Ainda ousa falar de gestão pública quando o povo está a pagar a especulação e os negócios obscuros do BPN e do BPP? Quem pode acreditar nos propósitos de um governo que dá cobertura às mais desprezíveis viarices que o mundo conheceu?

Não é apenas a total cegueira ideológica e o mais empedernido fundamentalismo, é a deliberada opção de vender gato por lebre. É a prova da sua completa submissão ao sistema financeiro e aos que na Europa representam esses interesses.

É a mesma visão e prática de submissão que verificamos em Passos e Portas com a sua postura de subserviência e vassalagem perante a senhora Merkel e o Directório das grandes potências.

Nesta guerra declarada aos trabalhadores e às populações tudo é pretexto para atacar os seus direitos. Todos os dias vemos o anunciar de novas medidas, umas atrás das outras, sempre com o mesmo objectivo de ataque aos direitos e rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, das outras classes e camadas populares, carregando cada vez em cima do povo o fardo da crise.

Ainda há dias foram os cortes dos descontos nos transportes para os idosos e estudantes e as intenções e pressões, apesar das declarações em contrário, mantêm-se para rever em baixa as tabelas da função pública e tornar definitivo o corte dos dois subsídios e o seu alargamento a todos os trabalhadores.

Também o ataque generalizado aos serviços públicos está a ter consequências cada vez mais desastrosas na vida das populações, particularmente as que vivem no interior do país e nos territórios cres-

centemente fragilizados económica e socialmente. Uma situação que, como evidência a Resolução Política da nossa Assembleia, se tornará ainda mais preocupante com o programa de ataque ao poder local democrático inscrito no Pacto de Agressão e que o Livro Verde da falsa “reforma da administração local” anuncia.

Trata-se de um salto qualitativamente novo aquele que o governo prepara, com a inteira colaboração do PS. Um ataque que constituiria, a concretizar-se o que já está enunciado, a completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do poder local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril com os seus elementos diferenciadores: um poder local amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. Desde logo, através do desfiguramento do sistema eleitoral com a eliminação da eleição directa das Câmaras e a imposição de um regime de executivos monocores; uma significativa redução do número de eleitos lesiva do carácter participado e democrático do poder local; a instituição de um regime de finanças locais que, visando liquidar a autonomia financeira do poder local, procura carregar com mais impostos as populações e, entre outras, uma “reforma administrativa” apontando para a eliminação de um número significativo de freguesias e municípios, eliminando a participação política, reduzindo a proximidade e retirando força à representação dos interesses locais.

Este programa, a concretizar-se, constituiria, de facto, uma completa subversão daquilo que é e representa hoje o poder local democrático e que atinge também os seus trabalhadores, o emprego e os seus direitos. Por isso esta é uma frente que exige mobilização e luta!

Vieram aqui os principais problemas e bloqueios que se colocam ao desenvolvimento do Alentejo e um programa com proposta e orientações concretas que são a prova de que há outras soluções para o desenvolvimento desta vasta Região, que vai da fronteira à costa atlântica e do distrito de Beja ao de Portalegre, que se fossem concretizadas por um poder vinculado aos interesses do povo garantiriam o seu desenvolvimento.

As propostas inscritas na Resolução Política da nossa IV Assembleia e que consubstanciam um projecto Integrado de Desenvolvimento do Alentejo são a prova de que há soluções alternativas não apenas no plano nacional, mas também no plano regional. Propostas para o desenvolvimento, visando todos os sectores de actividade, com relevo para a agricultura e a agro-indústria, através da concretização de uma

outra política agrícola com uma nova Reforma Agrária nestes campos do Sul.

Uma nova Reforma Agrária que, entre outras orientações e medidas, ponha fim ao latifúndio e entregue a terra a quem a trabalhe, a título de propriedade ou de posse, a pequenos agricultores e rendeiros, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores.

Uma nova política para o mundo rural, com mais investimento público no sector agrícola, que garanta medidas de apoio à produção, dirigidas aos pequenos e médios agricultores; a concretização de obras fundamentais ao desenvolvimento rural e agrícola, como o integral aproveitamento ao Alqueva e outros recursos hídricos e se avance com a criação de uma Reserva Estratégica de Terras. Esse banco de terras tão necessário que permita o acesso à terra a jovens agricultores, a trabalhadores e a pequenos agricultores com terra insuficiente, bem como a criação de um imposto sobre a grande propriedade, contribuindo também, por esta via, para apoiar projectos visando a fixação, como diz a nossa Resolução, de nova gente e gente nova na Região.

A grave situação económica e social que se vive em todo o Alentejo exigiria, como se defende também, a urgente elaboração de um Plano Imediato de Intervenção Económica e Social, mobilizando o conjunto de instrumentos de investimento público nacional e comunitário com o objectivo de minimizar os dramáticos problemas existentes, nomeadamente o desemprego, apostando em investimentos de natureza local e dinamização da actividade económica regional.

Portugal precisa de uma política de ruptura com as orientações que têm conduzido o país ao definhamento e ao atraso. O País e os portugueses precisam de uma nova política, uma nova política ao serviço do povo e dos interesses nacionais. Precisa de uma política que contraponha ao Pacto de agressão a solução da imediata renegociação da dívida pública, numa atitude que combata a sujeição do país às imposições da especulação financeira e da rapina dos recursos nacionais e abra espaço ao relançamento do desenvolvimento do país.

Uma nova política virada para a promoção da produção nacional, do emprego e que: valorize o mercado interno com a indispensável elevação dos salários, pensões de reforma e rendimentos da população; reforce o investimento público orientado para o crescimento económico, defenda e apoie as micro, pequenas e médias empresa, designadamente por via do controlo dos custos dos principais factores de produção e do financiamento público e uma política de crédito

adequada.

Uma política de reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, de valorização do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública e do seu carácter gratuito e universal, assim como de reforço de uma Segurança Social pública e solidária.

Vivemos tempos que não dispensam e esperam o contributo, a intervenção, a capacidade de mobilização e acção dos comunistas para os combates que é preciso travar. Que exigem um Partido preparado, mais forte, mais activo, mais interventivo, ainda mais ligado aos problemas, aos trabalhadores, às populações, capaz de dinamizar e dar resposta aos problemas e aspirações do povo e um ímpeto à luta que a situação exige.

Nesta Assembleia esteve bem presente a necessidade do reforço da organização do Partido e da importância da sua ligação aos trabalhadores, ao povo e aos seus problemas e aspirações. Somos um Partido que, apesar das dificuldades, não se deixa derrotar nem abater e que por isso se lança com toda a determinação para as tarefas do reforço do nosso Partido.

Sem dúvida que precisamos de avançar mais no plano da direcção, dos quadros, com muitos mais camaradas a assumir responsabilidades e tarefas permanentes. Que precisamos de chegar mais longe com a nossa organização a alguns concelhos e a muitas mais freguesias.

Precisamos para ter um Partido mais forte e mais estruturado, com o reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores, dos locais de trabalho nas empresas e nos campos, na acção junto de camadas sociais específicas, com destaque para a juventude, mas também com a necessária atenção à organização, estruturação para a intervenção dos camaradas reformados na vida partidária e na acção de massas.

Um Partido mais forte, preparado para as grandes tarefas que se lhe colocam e que sabe que a organização partidária é a chave mestra para o reforço da nossa intervenção, da nossa ligação às massas, da nossa influência social e política.

Precisamos de levar para a frente as linhas de trabalho previstas e decididas para que o Partido avance, cumpra o seu papel para com os trabalhadores o povo e o País, na afirmação da sua natureza e identidade comunista, na concretização do seu projecto de uma democracia avançada para Portugal.

Sabemos que as tarefas que se perfilam no horizonte são de uma grande exigência.

Sabemos que o percurso é muito difícil. Mas nós temos confiança que, unidos e determinados e com a luta do nosso povo, seremos capazes de abrir os caminhos da esperança para um Portugal mais justo e de Progresso!

Viva a 4ª Assembleia Regional do Alentejo

Viva a luta dos trabalhadores e do povo

Viva o Partido Comunista Português



